

SC14037

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Adis Abeba, Etiópiá, Tel.: (251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO
VIGÉSIMA-QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
30 – 31 DE JANEIRO DE 2015
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

**Assembly/AU/7(XXIV)
Original: Inglês/Francês**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA
E O ESTADO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA E O ESTADO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. Desde a 23^a Sessão Ordinária da Conferência da União Africana (UA) realizada nos dias 26 e 27 de Junho de 2014, em Malabo, Guiné Equatorial, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) manteve-se firme nos seus esforços para enfrentar tanto os conflitos de longa data, assim como os novos, e as situações de crise em África. Do mesmo modo, o CPS reconhece o surgimento do fenómeno de terrorismo e do extremismo violento, a violência relacionada com as eleições, os fluxos financeiros ilícitos e a crescente desigualdade entre outros, que põe em causa a paz e segurança no continente. Neste contexto, o CPS realizou 39 reuniões para resolver as situações de conflito e de crise, bem como os assuntos reflectidos abaixo.

2. Durante o período em análise, o CPS analisou situações de conflito no: Burkina Faso, República Centro-Africana (RCA), Darfur (Sudão), República Democrática do Congo (RDC), Líbia, Mali/Sahel, Moçambique (os desenvolvimentos políticos prevaletentes no país), Somália, e a situação entre o Sudão e o Sudão do Sul. O CPS considerou igualmente as questões do surto da Ébola na África Ocidental e o grupo terrorista Boko Haram, bem como as seguintes temáticas e outros temas: Tráfico de drogas e crimes organizados relacionados na África Ocidental e Central, as situações humanitárias na RCA, o Sudão do Sul e a região de Sahel, prevenção e combate ao terrorismo, e o extremismo violento em África, a violência sexual em situações de conflito em África, a prevenção estrutural dos estados revigorantes de conflitos em situações frágeis em África, fontes de instabilidade em África: Principais causas e Respostas, com enfoque em questões da Mulher, Paz e Segurança, desigualdades de renda, fluxos financeiros ilícitos e Prevenção de Conflitos relacionados com Eleições em África. O CPS realizou igualmente reuniões de consulta com o Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e com a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBC), bem como uma reunião de consulta informal com os membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU (ambos de sucessão e demissionários) no âmbito do quadro do Artigo 17º do seu Protocolo.

3. Além disso, os Membros da União Africana no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os Membros Permanentes do Conselho de Segurança da ONU, os Países, as organizações da sociedade civil (OSC), as Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução (CER/RMS), os parceiros da UA e os intervenientes interessados com as situações de conflito e de crise, bem como sobre as questões temáticas mencionadas acima, foram convidados para as reuniões do CPS, em conformidade com as disposições do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana e em linha com a prática estabelecida para o CPS.

4. Além disso, alguns Presidentes do CPS, conforme o mandato do Conselho realizaram vídeo-teleconferências com o Comité Político e de Segurança da União Europeia (EUPSC) para a troca de opiniões sobre diversos temas de interesse comum e preocupações mútuas, com vista a melhorar a cooperação entre o CPS da UA e o CPS da UE, no âmbito do Artigo 17º do Protocolo do CPS.

5. O presente Relatório do CPS sobre as suas Actividades e o Estado de Paz e Segurança em África é apresentado à Conferência da UA nos termos do Artigo 7º (q) do Protocolo do CPS. O relatório cobre o período de Julho de 2014 a Janeiro de 2015. Compreende três partes, que tratam respectivamente da (a) assinatura e ratificação do Protocolo do CPS, a adesão à CPS e a Presidência rotativa do CPS; (b) actividades levadas a cabo pelo CPS na persecução do seu mandato de Julho de 2014 a Janeiro de 2015; e (c) uma visão geral do estado de paz e segurança no continente a partir de Julho de 2014 a Janeiro de 2015.

II. ACTUALIZAÇÕES SOBRE A ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS, E ADESÃO AO CPS E A ROTATIVIDADE DA PRESIDÊNCIA DO CPS

6. Desde a aprovação do Protocolo do CPS em Julho de 2002, cinquenta e quatro (54) Estados-membros assinaram o Protocolo, enquanto **quarenta e nove (49)** assinaram e ratificaram-no. Os seguintes Estados-membros assinaram, mas ainda não ratificaram o Protocolo: Cabo Verde, República Centro-Africana (RCA), República Democrática do Congo (RDC), Libéria, **Somália** e Sudão do Sul.

7. Relativamente aos membros, o CPS é composto por quinze (15) membros com direitos iguais, de acordo com o Artigo 5º (1) do Protocolo, que são eleitos da seguinte forma: 10 membros eleitos por um período de dois anos e de cinco (5) para um mandato de três anos. A lista actual dos membros do CPS na ordem alfabética Inglesa é a seguinte: Argélia*, Burundi, Chade, Guiné Equatorial*, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Líbia, Moçambique*, Namíbia, Níger, Nigéria*, África do Sul, Tanzânia e Uganda*¹.

8. Além disso, e em conformidade com o Artigo 23º do Regimento do CPS, a Presidência do CPS é de base rotativa entre os seus membros mensalmente seguindo a ordem alfabética Inglesa dos seus nomes. Assim, durante o período em análise, a Presidência rodou como se segue:

-	Argélia	Julho de 2014;
-	Burundi	Agosto de 2014;
-	Chade	Setembro de 2014;
-	Etiópia	Outubro de 2014; ²
-	Guiné Equatorial	Novembro de 2014;
-	Gâmbia	Dezembro de 2014;
-	Guiné	Janeiro de 2015.

9. Importa notar que, em conformidade com a prática estabelecida do CPS, o presidente sucessor apresenta um programa provisório mensal de trabalho para consideração e aprovação do Conselho. O programa é revisto, se for necessário, tomando em conta aos desenvolvimentos emergentes do mês em questão

III. ACTIVIDADES MENSAIS DO CPS

A) Actividades do CPS durante o mês de Julho de 2014, sob a Presidência da República Popular Democrática da Argélia

¹ * Denota os membros do CPS com mandato de três anos

² A Etiópia e a Guiné Equatorial, com o acordo do CPS, trocaram os seus meses de presidência do CPS

10. A República Popular Democrática Argelina assumiu a Presidência do CPS no dia 1 de Julho de 2014. Durante aquele mês, a Argélia Presidiu três reuniões do CPS, ou seja, a 445ª reunião até a 447ª reunião.

a) 445ª Reunião

11. Na sua 445ª reunião realizada a 3 de Julho de 2014, o Conselho analisou e adoptou o seu programa provisório de trabalho para o mês de Julho de 2014.

b) 446ª Reunião:

12. Na sua 446ª reunião realizada a 09 de Julho de 2014, o CPS analisou o relatório sobre diferentes aspectos da situação em Darfur e a execução do mandato da Operação Híbrida da União Africana-Nações Unidas em Darfur (UNAMID), que abrange o período de 1 de Abril a 30 de Junho de 2014. A este respeito, o Conselho reiterou a importância da presença contínua de UNAMID em Darfur, a fim de contribuir na protecção da população Civil e avançar na busca de paz, segurança, estabilidade e reconciliação naquela região. Assim, o Conselho decidiu prorrogar ainda por um período de 12 meses o mandato da UNAMID, conforme indicado no seu comunicado PSC/PR/Comm.(LXXIX) da sua 79ª reunião realizada em 22 de Junho de 2007 e a Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1769 (2007), de 31 de Julho de 2007 e solicitou ao Conselho de Segurança da ONU para fazer o mesmo.

c) 447ª Reunião:

13. Na sua 447ª reunião realizada a 24 de Julho de 2014, o CPS foi informado pelo Departamento dos Assuntos Sociais da Comissão da UA do Relatório da Avaliação Geral dos Desafios Socioeconómicos e de Segurança do Narcotráfico e Crime Organizado Conexos na África Ocidental e Central.

B) As actividades do CPS durante o mês de Agosto de 2014 sob a Presidência da República do Burundi

14. A República do Burundi assumiu a Presidência do CPS no dia 1 de Agosto de 2014. Durante aquele mês, o Burundi Presidiu sete reuniões do CPS, nomeadamente a partir da 448ª reunião até a 454ª reunião.

a) 448ª Reunião:

15. Em conformidade com a sua prática as de adoptar o seu programa mensal provisório de trabalho no início de cada mês, o CPS, na sua 448ª reunião realizada no dia 01 de Agosto de 2014, analisou e adoptou o seu programa provisório de trabalho para o mês de Agosto de 2014.

b) 449ª Reunião:

- Informe sobre a situação em Mali/Sahel:

16. Na sua 449ª reunião realizada a 11 de Agosto de 2014, o Conselho analisou o relatório sobre os principais desenvolvimentos então prevaletentes nas situações política, de segurança e humanitária no Mali e na Região de Sahel e os esforços da União Africana, incluindo através da sua Missão para o Mali e Sahel (MISAHEL). A

este respeito, o Conselho aprovou a Estratégia da UA para a Região do Sahel, que proporciona um quadro para uma acção global e coordenada pela UA em apoio aos esforços dos países da região e em estreita cooperação com os actores regionais, incluindo a CEDEAO, e os parceiros internacionais interessados. O Conselho instou aos Estados-membros da UA e os parceiros internacionais para providenciar apoio político, financeiro e técnico para a implementação efectiva da Estratégia da UA.

- Informe sobre a situação na Líbia:

17. Na mesma 449ª reunião, o CPS foi igualmente informado pelo Enviado Especial da Presidente da Comissão para a Líbia, o Sr. Dileita Mohamed Dileita, sobre a situação na Líbia e as consultas que ele manteve com os intervenientes Líbios e com os países vizinhos. O Conselho registou com satisfação a criação de duas comissões que tratam das questões políticas e de segurança, coordenadas pelo Egipto e Argélia respectivamente, e instou a maior parte da comunidade internacional, incluindo as Nações Unidas, para apoiar plenamente os esforços regionais.

18. O Conselho reiterou a profunda preocupação da UA face à situação prevalecente na Líbia, marcada por confrontações contínuas dos grupos armados e milícias, particularmente em Benghazi e Trípoli, com a resultante e insensata perda de vidas e destruição de propriedade e infra-estruturas públicas, e neste sentido, o Conselho apelou para um cessar-fogo imediato e exortou para a organização de um diálogo nacional envolvendo todos os intervenientes da Líbia.

c) 450ª Reunião:

- Sessão Aberta sobre a Situação Humanitária em África

19. Na sua 450ª reunião realizada a 19 de Agosto de 2014, o CPS convocou uma sessão aberta sobre a situação humanitária em África. O Conselho sublinhou a necessidade de todos os envolvidos facilitarem as acções humanitárias nas áreas afectadas por conflitos e pelas crises. O Conselho enfatizou a necessidade dos países em causa continuarem a proporcionar a protecção dos trabalhadores humanitários.

- Surto de Ébola na África Ocidental

20. Na mesma 450ª reunião, o CPS foi informado pela Comissão da UA do surto do Ébola na Guiné, Libéria e Sierra Leone. A este respeito, o Conselho reconheceu as sérias implicações de segurança decorrentes do actual surto do Ébola, e decidiu, dada a situação da emergência causada pelo surto de Ébola, autorizar a implantação imediata de um contingente militar e civil de Missão Humanitária liderado pela UA, composto por médicos, enfermeiros e pessoal médico e paramédico, bem como o pessoal militar, como poderia ser necessário, para a protecção e eficácia da Missão.

d) 451ª Reunião:

21. Na sua 451ª reunião realizada a 21 de Agosto de 2014, o Conselho foi informado pelo Presidente dos Enviados Especiais da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) para o Sudão do Sul, o Embaixador Mesfin Seyoum sobre a situação naquele país. O Conselho instou as Partes

envolvidas no conflito, no interesse do país e do seu povo, a pôr imediatamente fim aos combates e a acelerar o diálogo facilitado pela IGAD com vista a restabelecer a paz no Sudão do Sul. O Conselho reiterou a sua prontidão de impor sanções multilaterais direccionadas e quaisquer outras formas de medidas punitivas contra qualquer parte que não pudesse honrar com o seu compromisso e continuasse a minar a busca de uma solução para a crise de negociação.

e) 452ª Reunião:

22. Na sua 452ª reunião realizada a 22 de Agosto de 2014, o Conselho foi informado sobre a aplicação do Quadro da Paz, Segurança e Cooperação (PSC) para a República Democrática do Congo (RDC) e para a Região. O Conselho sublinhou que apesar dos progressos já alcançados, havia ainda muitos desafios a serem superados, nomeadamente: (i) a presença contínua das forças negativas na zona oriental da RDC, incluindo as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR); (ii) o atraso na implementação das Conclusões do Diálogo Directo de Kampala entre o Governo da RDC e o grupo M23, conforme consta nas suas declarações adoptadas em Nairobi, em 12 de Dezembro de 2013; (iii) a exploração ilegal dos recursos naturais da zona oriental da RDC; e (iv) a persistência da impunidade, apesar dos esforços em termos de reformas que o governo congolês estava a envidar. Por isso, o Conselho incentivou o Governo congolês e os outros signatários do quadro do CPS, a intensificarem os seus esforços para honrar os seus compromissos de boa fé.

f) 453ª Reunião:

23. Na sua 453ª reunião realizada a 25 de Agosto de 2014, o Conselho analisou o Regulamento Interno do Comité Contra o Terrorismo do CPS e do Comité de Peritos do CPS, e decidiu que o seu Comité de Peritos e o Secretariado do CPS devem continuar a desenvolvê-los com base nas orientações do Conselho.

g) 454ª Reunião:

24. Posteriormente, na sua 454ª reunião realizada a 27 de Agosto de 2014, o Conselho realizou uma reunião preparatória para a sua Cimeira sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo e ao Extremismo Violento em África, que tinha sido agendada para 02 de Setembro de 2014, em Nairobi, Quénia.

C) As actividades do CPS durante o mês de Setembro de 2014, sob a Presidência da República do Chade

25. A República do Chade assumiu a Presidência do CPS no dia 01 de Setembro de 2014. Durante esse mês, o Chade Presidiu cinco reuniões do CPS, nomeadamente, desde a 455ª reunião até a 459ª reunião.

a) 455ª Reunião:

26. Na sua 455ª reunião realizada a 2 de Setembro de 2014, o Conselho realizou a reunião ao nível dos Chefes de Estado e de Governo em Nairobi, Quénia, sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo e ao Extremismo Violento em África. Nesta reunião, o Conselho reiterou a profunda preocupação da UA pelo agravamento do flagelo do terrorismo e do extremismo violento em África.

27. A este respeito, o Conselho:

- reiterou o seu apelo aos Estados-membros que ainda não o tinham feito, a tomar urgentemente medidas necessárias para se tornarem parte da Convenção de 1999 e do Protocolo Suplementar de 2004, bem como aos instrumentos internacionais relativos adoptados sob os auspícios das Nações Unidas;
- Exortou os Estados-membros a tomar medidas para assegurar que os seus territórios não fossem utilizados como campos de recrutamento, e a evitar que os seus nacionais participem em actividades terroristas em outras partes do continente e não só e, a este respeito, tomar medidas para combater os métodos de recrutamento e propaganda utilizados pelos grupos terroristas;
- Solicitou aos Estados-membros a apresentar, em conformidade com as disposições do Protocolo de 2004, relatórios anuais ao Conselho sobre as medidas tomadas para combater e prevenir o terrorismo, e para notificá-lo de todas as actividades terroristas nos seus territórios, o mais rapidamente à medida que ocorrem;
- Solicitou ainda aos Estados-membros que ainda não o tinham feito, a nomear, até ao final de 2014, Pontos Focais Nacionais para fins de ligação e coordenação com o ACSRT, tendo em conta a necessidade de designar nas tais posições, indivíduos adequados com o nível de habilidades necessárias para terem acesso à informação e aos decisores nos serviços de inteligência e de segurança; e
- apelou aos Estados-membros a fazerem contribuições financeiras para facilitarem a implementação do quadro da UA na luta contra o terrorismo e para apoiarem, a pedido da Comissão e a sua própria custa, conhecimentos técnicos para a ACSRT.

28. Além disso, o Conselho encarregou a Comissão para prosseguir e intensificar os seus esforços de apoio aos Estados Membros com particular atenção a:

- Elaboração de um mandado africano de detenção de pessoas acusadas ou condenadas por actos terroristas, incluindo a convocação, até o primeiro trimestre de 2015, de uma reunião de Peritos governamentais sobre o assunto;
- Apoio e facilitação das iniciativas de cooperação regional e mecanismos para tratar de ameaças transnacionais específicas, construídos na base de experiências do RCI-LRA e do Processo de Nouakchott; e
- Apoio a plena e breve operacionalização do Mecanismo Africano de Cooperação Policial (AFRIPOL), de acordo com a Decisão EX.CL/Dec.820(XXV).

b) 456ª Reunião:

29. Na sua 456ª reunião realizada a 12 de Setembro de 2014, o Conselho foi informado pelo Painel de Alto nível de Implementação (AUHIP) para o Sudão e Sudão do Sul das suas actividades de apoio aos esforços dos dois Países. O Conselho registou os numerosos desafios que o Sudão continua a enfrentar, incluindo conflitos armados nas Duas Áreas do Kordofan do Sul, no Nilo Azul e em Darfur, os quais ameaçam o bem estar do Povo do Sudão e de facto o futuro do País.

30. O Conselho endossou as seguintes etapas para assegurar a harmonização e a incidência de acções do AUHIP de apoio aos esforços dos Actores do Sudão para tratar de questões com que o País se confronta:

- i. As negociações sobre a cessação das hostilidades, que levarão imediatamente a um Acordo Geral de Segurança, devem ser retomadas o mais rapidamente possível sob os auspícios do AUHIP e em colaboração e coordenação com o JSR/JCM;
- ii. As negociações sobre a cessação de hostilidades nas Duas Áreas e em Darfur devem ser conduzidas de forma sincronizada; e
- iii. Uma reunião das Partes do Sudão para discutir as relevantes questões do processo de forma a abrir caminho para o Diálogo Nacional deverá ser realizada na Sede da UA sob a facilitação do AUHIP tal como solicitado pelos intervenientes do Sudão para assegurar que as medidas necessárias para a criação de confiança sejam tomadas e as principais etapas do processo do Diálogo Nacional sejam plenamente acordadas e que o processo seja justo e resulte em objectivos acordados mutuamente.

c) 457ª Reunião:

31. Na sua 457ª reunião realizada a 16 de Setembro de 2014, o Conselho foi informado sobre o desenvolvimento da situação no Mali e no Sahel. Nessa reunião, o Conselho reiterou o seu apelo aos movimentos armados do Mali para que harmonize as suas posições e demonstrem um espírito de adaptação mútua, de forma a encontrar uma solução duradoura para a crise com que o Mali se confronta, e sublinhou que o sucesso das negociações iniciadas no seio do mecanismo do Processo de Argel reforçará significativamente a segurança e a estabilidade no País e a região como um todo.

d) 458ª Reunião:

- Situação na República Centro-africana

32. Na sua 458ª reunião realizada a 17 de Setembro de 2014, o conselho ouviu uma comunicação sobre a situação na RCA. O Conselho elogiou o excelente trabalho feito pela Missão Internacional de apoio Liderada pela África na República Centro-africana (MISCA) com o apoio da Operação Sangaris e da Operação UE (EUFOT) no desempenho dos diferentes aspectos do seu mandato.

33. O Conselho saudou a transferência com sucesso da autoridade da MISCA para a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas que teve lugar em Bangui a 15 de Setembro de 2014. O Conselho solicitou a Presidente

da Comissão para tomar urgentemente as medidas necessárias para a transformação da MISCA numa Missão da UA para a RCA e África Central (MISAC) e assim permitir a UA, em estreita colaboração com a CEEAC, MINUSCA e outros relevantes actores internacionais, continuar apoiando os esforços nacionais em curso com particular incidência sobre: (i) apoio a transição política; (ii) organização das eleições; (iii) reconciliação nacional; (iv) apoio ao desarmamento, desmobilização, reabilitação e ao processo de reintegração bem como as reformas dos sectores da segurança e da justiça; (v) reconstrução pós conflito; (vi) género e (vii) facilitação da coordenação entre a Iniciativa de Cooperação Regional liderada pela UA para Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (RCI-LRA) e MINUSCA no desempenho dos seus mandatos.

- Evolução Política em Moçambique

34. Na mesma reunião, o Conselho trocou pontos de vista sobre a evolução política em Moçambique com base no informe do Representante Permanente da República de Moçambique junto à UA. O Conselho elogiou os Actores moçambicanos pelo espírito de responsabilidade e de compromisso demonstrado, que conduziu à conclusão do Acordo de Cessação de Hostilidades e que constituiu um importante passo para a realização das eleições gerais a 15 de Outubro de 2014 nas necessárias condições de paz e segurança. Além disso, o Conselho encorajou as partes signatárias para não pouparem esforços no sentido de honrar de boa-fé os seus compromissos.

- Situação no Sudão do Sul

35. Na mesma 458.^a reunião, o Conselho recebeu uma comunicação sobre a situação no Sudão do Sul. O Conselho exprimiu a sua profunda preocupação pela falta de progressos nas negociações políticas, incluindo a não obediência do prazo de sessenta dias para a formação do Governo de Unidade Nacional de Transição e pela deterioração da situação humanitária.

36. O Conselho recordou aos Actores do Sudão do Sul as suas principais responsabilidades para pôr fim ao incalculável sofrimento infligido ao seu Povo e para instaurar uma paz duradoura, a segurança, a estabilidade e a reconciliação no seu país. O Conselho reiterou ainda o seu apelo as Partes para honrarem os seus compromissos emergentes do Acordo de Cessação de Hostilidades e de outros subsequentes acordos, incluindo a Matriz de Implementação que assinaram e que estabelece um cronograma para a retirada, separação e disposição das forças.

e) 459^a Reunião:

37. Na sua 459.^a reunião, realizada ao nível Ministerial a 23 de Setembro de 2014, em Nova Iorque, o Conselho ouviu uma comunicação sobre a situação na Líbia. O Conselho decidiu intensificar os seus esforços de apoio a Líbia e ao seu Povo bem como a Região, enfatizando a necessidade da África jogar um papel fundamental no processo em curso. A esse respeito, o Conselho acordou criar, em estreita colaboração com e com o apoio da ONU, um Grupo Internacional de Contacto para a Líbia (ICG-L) que integra todos os vizinhos da Líbia bem como relevantes parceiros bilaterais e multilaterais de forma a facilitar um engajamento internacional harmonizado e coordenado de apoio aos esforços dos vizinhos da Líbia.

38. O Conselho apoiou a criação do Comité de Alto Nível de Chefes de Estado e de Governo para permitir a UA apoiar de forma mais efectiva os esforços de paz e de reconstrução na Líbia e consolidar os resultados atingidos pelos vizinhos da Líbia para a cessação de hostilidades e a reconciliação nacional. O Conselho solicitou à Presidente da Comissão para iniciar as consultas necessárias para a criação e operacionalização, em devido tempo, do Comité de Alto Nível.

D) Actividades do CPS durante o mês de Outubro de 2014 sob a presidência da República Federal Democrática da Etiópia

39. A República da Etiópia assumiu a Presidência do CPS no dia 1 de Outubro de 2014. Durante esse mês, a Etiópia presidiu cinco reuniões do CPS, desde a 460^a até a 464^a reunião.

a) 460^a Reunião:

40. Na sua 460^a reunião realizada a 7 de Outubro de 2014, o Conselho analisou e adoptou o programa provisório de trabalho para o mês de Outubro de 2014.

b) 461^a Reunião:

41. Na sua 461^a reunião realizada a 14 de Outubro de 2014, o Conselho convocou uma sessão aberta sobre Violência Sexual em situações de conflito em África. Nessa reunião, o Conselho reiterou a forte condenação da UA a todos os actos de violência sexual e o seu uso como arma de Guerra. O Conselho apelou a todos os Estados Membros para tomar as necessárias medidas, incluindo o fortalecimento, onde preciso, das suas medidas legislativas de forma a combater a violência sexual e facilitar a investigação de tais actos e a acusação dos seus actores e tomar as necessárias medidas para prestar apoio e assistência aos sobreviventes da violência sexual, incluindo a prestação de adequados serviços de saúde e apoio em termos de condições de vida.

42. O Conselho reiterou a sua postura de tolerância zero em relação a Exploração Sexual e aos abusos (SEA), registando com preocupação as alegações feitas pelo Observatório dos Direitos Humanos relativamente a actos da SEA pelo pessoal uniformizado da AMISOM e saudou a decisão tomada pela Comissão para investigar minuciosamente essas alegações e tomar as medidas apropriadas caso forem confirmadas por provas colhidas no terreno.

c) 462^a Reunião:

- Comunicação sobre a situação na Somália

43. Na sua 462^a reunião realizada a 16 de Outubro de 2014, o Conselho ouviu uma comunicação sobre a situação na Somália e sobre a Missão da UA na Somália (AMISOM). A esse propósito, o conselho saudou os esforços da FGS para a criação de distritos interinos e administrações regionais nas áreas recentemente recuperadas e sublinhou a urgente necessidade de concluir a criação das administrações regionais interinas em toda a Somália até finais de 2014, baseada nos princípios da inclusão política e da transparência e de acordo com a Constituição Federal Provisória.

44. O Conselho elogiou ainda a AMISOM pela sua valiosa contribuição na melhoria da segurança na Somália, estabilização do País e a prossecução do processo de reconciliação e renovou o mandato da AMISOM por mais um período de 12 meses com início a 31 de Outubro de 2014, mandato esse para permitir também a Missão continuar a desempenhar as suas funções e tomar todas as medidas necessárias para o efeito.

- Comunicação sobre eleições em África

45. Na mesma reunião, o Conselho recebeu uma actualização sobre as então próximas eleições nos Estados Membros da União Africana no período de Outubro a Dezembro de 2014, nomeadamente: (i) República das Comores ; (ii) República de Moçambique; (iii) República de São Tomé e Príncipe; (iv) República da Tunísia; (v) República do Botsuana e (vi) República da Namíbia. O objectivo geral dessa comunicação foi o de actualizar o Conselho da situação dos preparativos para essas eleições, incluindo o ambiente político e de segurança então existente nesses Países antes das eleições.

d) 463ª Reunião

46. Na sua 463ª reunião realizada a 27 de Outubro de 2014, o Conselho convocou uma sessão aberta sobre o Tema: “Prevenção Estrutural de Conflitos – Revigorar os Estados em Situações Frágeis em África”. Durante o debate, o Conselho e os participantes exprimiram a sua determinação para tratar das causas profundas da fragilidade em África através da criação de instituições fortes e responsáveis e prometeram implementar instrumentos legais e outras decisões tomadas pelos vários Órgãos da União Africana.

e) 464ª Reunião

- Comunicação sobre o Surto do Ébola na África Ocidental

47. Na sua 464ª reunião realizada a 29 de Outubro de 2014, o CPS recebeu uma comunicação sobre o Surto do Ébola nos Países afectados da África Ocidental bem como sobre os esforços envidados e o apoio prestado pela UA. A este respeito, o Conselho exprimiu o seu apoio sem reservas aos Países afectados e aos seus Povos. O Conselho apelou também para uma acção coordenada e, enfatizou a necessidade de um mecanismo de seguimento. Além disso, o Conselho acordou dedicar uma reunião mensal a epidemia do Ébola para receber actualizações com vista a permitir-lhe analisar as medidas posteriores que poderão reforçar da luta da África contra Ébola.

- Informe sobre as actividades da ICRC em África

48. Na mesma reunião, o Conselho ouviu uma comunicação do Presidente da ICRC sobre as actividades da ICRC em África e sobre os desafios ligados aos aspectos humanitários das crises e situações de conflitos no Continente. O Conselho elogiou as actividades da ICRC em África e reafirmou o compromisso da UA de trabalhar estreitamente com a ICRC para facilitar as suas actividades ligadas a prestação de apoio e assistência as populações que vivem nas áreas de conflitos e de pós conflitos bem como noutras situações de violência e de necessidades em África. O Conselho apelou a todos os Actores para facilitarem o trabalho da ICRC no Continente.

E. Actividades do CPS durante o mês de Novembro de 2014 sob a Presidência da República da Guiné Equatorial

49. A República da Guiné Equatorial assumiu a presidência do CPS no dia 1 de Novembro de 2014. Durante esse mês, a Guiné Equatorial presidiu sete reuniões do CPS, desde a 465^a até a 471^a reunião.

a) 465^a Reunião

50. Na sua 465^a reunião realizada a 3 de Novembro de 2014, o Conselho convocou uma reunião de emergência para analisar a situação no Burkina Faso. Nessa reunião, o Conselho condenou fortemente os actos de violência que tiveram lugar no Burkina Faso, os quais conduziram a perda de vidas humanas e destruição de propriedades e instou para que os patrocinadores e os actores desses actos de violência sejam levados a justiça. O Conselho solicitou os militares do Burkina Faso para manterem-se a margem e entregar o poder a uma autoridade civil de acordo com a Constituição dentro de um período máximo de duas semanas a partir da data da adopção do comunicado dessa reunião do CPS, caso contrário, medidas serão tomadas, incluindo a suspensão do Burkina Faso de participar nas actividades da UA e imposição de sanções contra todos aqueles que obstruírem os esforços.

b) 466^a Reunião

51. Na sua 466^a reunião realizada a 4 de Novembro de 2014, o Conselho analisou e adoptou o programa provisório de trabalho para o mês de Novembro de 2014.

c) 467^a Reunião

52. Na sua 467^a reunião realizada a 13 de Novembro de 2014, o Conselho trocou pontos de vista sobre a próxima Missão Conjunta AUPSC/EUPSC ao Mali, agendada para 11 a 13 de Fevereiro de 2015, a qual foi acordada entre UPSC e EUPSC durante a sua Reunião conjunta Consultiva Anual realizada a 15 de Maio de 2015 em Bruxelas, Bélgica. Na mesma reunião, o Conselho recebeu uma comunicação da Comunicação acerca da reunião do Fórum África sobre a Reforma do Sector da Segurança em África, que se realizou em Adis Abeba, de 24 a 26 de Novembro de 2014, na qual o Conselho foi convidado a participar através do seu Presidente para esse mês.

d) 468^a Reunião:

53. Na sua 468^a reunião realizada a 18 de Novembro de 2014, o Conselho recebeu uma comunicação sobre a situação no Burkina-Faso. Nessa reunião, o Conselho saudou os significativos progressos registados no Burkina-Faso para a criação de uma transição liderada por civis de acordo com as aspirações do Povo do Burkina Faso para consolidação da democracia no seu País. A esse propósito, o Conselho acordou, em antecipação a transferência de poderes ao recentemente designado Presidente de Transição, então agendada para 21 de Novembro de 2014 e não tomar medidas que estavam preconizadas nos parágrafos 9 (iii) e 14 do Comunicado PSC/PR/ COMM.(CDLXV), incluindo a suspensão da participação do Burkina- Faso nas actividades da UA.

e) 469ª Reunião:- Desafios humanitários nas Situações de Conflitos em África

54. Na sua 469ª reunião realizada a 25 de Novembro de 2014, o Conselho recebeu uma comunicação sobre os desafios humanitários emergentes dos conflitos prevalentes e situações de crises em África do Assistente do Secretário-geral das Nações Unidas (ONU) para Assuntos Humanitários e Vice-Coordenador da Ajuda de Emergência do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA). O Conselho exprimiu a sua profunda preocupação face às situações humanitárias prevalentes nos conflitos e nas situações de crises em África. O Conselho apelou aos Estados-membros da UA e a comunidade internacional em geral para generosamente contribuírem na acção humanitária em África, registando que a resposta geral aos Apelos Humanitários Consolidados foi significativamente aquém das necessidades. O Conselho sublinhou igualmente a necessidade de abordagens criativas para mobilizar recursos adicionais para tratar os desafios existentes.

- Informe sobre o Grupo Terrorista Boko Haram:

55. Na mesma 469ª reunião, o Conselho recebeu uma comunicação sobre a ameaça levantada pelo Grupo Terrorista Boko Haram e sobre os esforços envidados dos países da região no âmbito do mecanismo da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC). O Conselho saudou o Comunicado Final da Cimeira Extraordinária da LCBC realizada em Niamey, Níger, a 7 de Outubro de 2014, a qual decidiu criar uma Força de Trabalho Conjunto Multinacional (MNJTF). A esse propósito, o Conselho solicitou a Comissão para realizar consultas urgentes com os Estados Membros da LCBC e Benim e utilizar as necessárias competências de forma a identificar e acordar sobre os passos práticos que poderiam facilitar a rápida provisão do necessário apoio internacional tal como foi solicitado pela reunião ministerial de 13 de Outubro de 2014, nomeadamente: (i) a adopção pelo Conselho de Segurança da ONU de uma resolução que autoriza os Estados Membros da LCBC e o Benim a enviar a MNJTF por um período inicial de 12 meses; (ii) criação pelo Secretário-geral da ONU de um Fundo Fiduciário para a manutenção das operações da MNJTF e (iii) mobilização de apoio necessário internacional financeiro e logístico.

f) 470ª Reunião:

56. Na sua 470ª reunião realizada a 26 de Novembro de 2014, o Conselho ouviu a comunicação do Presidente da Comissão de Edificação da Paz da ONU (UNPBC) sobre as actividades de consolidação da paz no Burundi, RCA e na Guiné-Bissau, bem como sobre o impacto do Surto do Ébola na África Ocidental sobre a paz e actividades económicas. O Conselho e os Membros da UNPBC trocaram também pontos de vista sobre o reforço da sua colaboração em apoio aos esforços de edificação da paz nos Países no quadro da Agenda da UNPBC e noutros Países africanos emergentes de conflitos.

57. Na reunião, o Conselho enfatizou a necessidade de mais diálogo no seio da UA e das CER e entre eles e a UNPBC com vista a identificar mais áreas de colaboração e fortalecimento da apropriação nacional e participação local, preservando os principais princípios que sustentam a Política da UA sobre a Reconstrução Pós Conflito e o Desenvolvimento (PCRD) de forma a assegurar que

as actividades da PCRD tratem das causas profundas dos conflitos e das recaídas, contribuir para a instauração de uma paz sustentável, justiça social, governação renovada e participativa. Além disso, o Conselho instou os Estados Membros da UA a serem proactivos e contribuir para a revisão da arquitectura de consolidação da paz da ONU.

g) 471ª Reunião:

58. Na sua 471ª reunião realizada a 28 de Novembro de 2014, o Conselho realizou uma sessão aberta sobre a epidemia do Ébola, tendo como base relatórios abrangentes apresentados pela Comissão, onde constam dados evolutivos sobre a situação, a implementação do mandato da Missão de Apoio da UA para o Surto de Ébola na África Ocidental (ASEOWA), a situação das contribuições dos Estados-Membros da UA, bem como o nível de envolvimento da comunidade internacional em geral. A este respeito, o Conselho sublinhou a necessidade de se dar início à reconstrução de infra-estruturas nacionais de saúde dos países mais afectados na África Ocidental, tendo enfatizado a necessidade urgente de estudar formas e meios práticos de apoiar a África Ocidental a entrar novamente na trajectória acelerada de recuperação, consolidação da paz e desenvolvimento.

F. Actividades do CPS no mês de Dezembro de 2014 sob a Presidência da República da Gâmbia

59. A República da Gâmbia, assumiu a presidência do CPS no dia 1 de Dezembro de 2014. Durante o mês em referência, a Gâmbia presidiu sete reuniões do CPS, nomeadamente, desde a 472ª até a 478ª reunião.

a) 472ª Reunião:

60. Na 472ª reunião realizada a 3 de Dezembro de 2014, o Conselho apreciou e adoptou o seu programa de trabalho provisório para o mês de Dezembro de 2014. Além disso, o Conselho apreciou o Regulamento Interno do seu Comité de Peritos e do seu Comité contra o Terrorismo bem como a composição dos membros do Comité do CPS para a Reconstrução Pós-conflito e Desenvolvimento, a fim de determinar se o Comité, como actualmente constituído, se adaptou ao panorama em evolução do PCRD em África.

b) 473ª Reunião:

61. Na sua 473ª reunião realizada a 4 de Dezembro de 2014, o Conselho analisou os seus métodos de trabalho e o seu Programa Anual de Actividades Indicativo para 2015. Da mesma forma, o Conselho prosseguiu, a partir de 472ª reunião de 3 de Dezembro de 2014, reviu os estatutos e o mandato do Comité do CPS para a Reconstrução Pós-conflito e Desenvolvimento e apreciou os termos de referência do seu Comité de Peritos e Comité contra o Terrorismo. Em particular, embora o Programa Anual de Actividades Indicativo para 2015 tenha sido adoptado a título provisório, a apreciação dos termos de referência dos dois comités referidos anteriormente continua a ser um processo em curso.

c) 474ª Reunião:

62. Na sua 474ª Reunião realizada a 5 de Dezembro de 2014, o Conselho foi posto ao corrente da situação no Sudão do Sul. Neste contexto, o Conselho decidiu

reforçar e intensificar o seu apoio à IGAD e aos seus esforços de mediação no Sudão do Sul, incluindo através de consultas com os líderes da região, no sentido de criar urgentemente um Comité Ad-hoc de Alto Nível da UA dos Chefes de Estado e de Governo, composto por um representante de cada uma das cinco regiões do continente, para fortalecer o apoio de África à IGAD e às partes sudaneses do Sul e intervenientes com vista a alcançar uma paz duradoura no país.

d) 475ª Reunião:

63. Na 475ª reunião realizada a 8 de Dezembro de 2014, o Conselho continuou com o debate da 473ª reunião sobre questões pendentes relativas a revisão de seus métodos de trabalho, apreciação de seu Programa Anual de Actividades indicativo para 2015, revisão do estatuto e mandato do Comité do CPS para a Reconstrução Pós-conflito e Desenvolvimento e a apreciação dos termos de referência do seu Comité de Peritos e seu Comité contra o Terrorismo.

e) 476ª Reunião:

64. Na sua 476ª reunião realizada a 16 de Dezembro de 2014, o Conselho realizou uma sessão aberta dedicada ao tema "Fontes de instabilidade em África: Causas Subjacentes e Respostas". Enfoque sobre as Questões da Mulher, Paz e Segurança e Desigualdades de Rendimento e Fluxos Financeiros Ilícitos", durante a qual o Departamento dos Assuntos Económicos da Comissão da UA forneceu uma visão geral dos fluxos financeiros ilícitos em África e o Enviado Especial do Presidente da UA para a Mulher, Paz e segurança apresentou uma visão geral sobre a mulher nos processos de paz no continente. Nessa reunião, o Conselho e os participantes reconheceram as funções importantes da mulher nos processos políticos, e na tomada de decisão nacional, tendo sido igualmente enfatizada a necessidade de implementação de instrumentos e compromissos nacionais e da UA sobre a mulher, paz e segurança.

65. O Conselho também salientou que, a cada ano, o continente perde mais de 50 mil milhões de Dólares Americanos através de fluxos financeiros ilícitos de África devido a sistemas de prestação de contas fracos, evasão fiscal, corrupção e outras práticas ilícitas. Relativamente à questão de desigualdade de renda e seu impacto na coesão social, o Conselho e os participantes enfatizaram que o continente necessita de actuar na matéria em questão de forma célere e com sentido de urgência, tendo em conta os altos níveis de desemprego juvenil e explosão demográfica que o continente está a experimentar. O Conselho salientou a importância de África se tornar um continente mais integrado, onde bens, serviços e pessoas circulam livremente entre países e regiões, criando mercados mais amplos, aumentando a competitividade das empresas e as oportunidades de comércio intra-Africano. O Conselho sublinha ainda a necessidade do reforço dos regimes jurídicos dos Estados-Membros e da UA com vista ao combate eficaz do flagelo dos fluxos financeiros ilícitos no continente.

f) 477ª Reunião:

- Parceria entre o CPS, outros Órgãos da UA, Comunidades Económicas Regionais (CER) e Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (MR)

66. Na sua 477ª reunião realizada a 18 de Dezembro de 2014, o Conselho apreciou a questão da parceria entre si, outros Órgãos da UA e CER/MR. O Conselho sublinhou a importância de melhorar a colaboração e sinergia entre o CPS e todos os intervenientes, particularmente outros Órgãos da UA e as CER/MR na promoção da paz, segurança e estabilidade em África. A este respeito, o Conselho decidiu convocar uma reunião com outros Órgãos da UA e as CER/MR em 2015 para partilhar pontos de vista sobre métodos de trabalho e questões afins, entre outros aspectos, com vista a reforçar a colaboração entre todos os intervenientes relevantes na promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

- Mandato do Painel de Implementação de Alto Nível da UA para o Sudão e Sudão do Sul (AUHIP)

67. Na mesma 477ª reunião o Conselho apreciou o mandato da AUHIP, que iria expirar no mesmo mês e decidiu prorrogar o mandato até 31 de Dezembro de 2015. O Conselho incentivou ainda os governos do Sudão e do Sudão do Sul, com a facilitação da AUHIP, a continuarem a envidar esforços tendo em vista a conclusão dos debates sobre questões pendentes.

g) 478ª Reunião:

- O Surto do vírus do Ébola na África Ocidental:

68. Na sua 478ª reunião realizada a 19 de Dezembro de 2014, o Conselho foi informado pelo Departamento de Assuntos Sociais da UA sobre o Surto do Vírus do Ébola na África Ocidental. Na reunião, o Conselho destacou a necessidade de manter a actual dinâmica na luta contra o Ébola. O Conselho exortou todos os intervenientes a continuarem a mobilizar recursos adicionais, incluindo através do orçamento da Comissão, para apoiar a ASEOWA e os esforços da região, bem como os esforços dos países mais afectados pela epidemia do Ébola. O Conselho reiterou igualmente a necessidade da Comissão acelerar os esforços que visam estabelecer o Centro Africano de Controlo Doenças bem como a necessidade de todos os Estados-Membros da UA fortalecerem ainda mais os seus sistemas de saúde.

- Métodos de Trabalho e a elaboração dos Termos de Referência para os seus órgãos subsidiários:

69. Na mesma reunião, o Conselho continuou a analisar os seus métodos de trabalho e a elaborar os termos de referência dos seus órgãos subsidiários. A este respeito, o Conselho decidiu que todos os órgãos subsidiários do CPS devem seguir, *mutatis mutandis*, pelo Regulamento Interno do CPS, bem como devem seguir, nos seus trabalhos, pelos termos genéricos de referência, ainda a serem elaborados, em conformidade com as disposições pertinentes do Protocolo do CPS. O Conselho sublinhou que estes termos genéricos de referência devem ter em conta o mandato específico de cada órgão subsidiário. O Conselho mandatou a Comissão de Peritos, com o apoio da Comissão, para redigir os termos de referência para os vários órgãos do Conselho e a submetê-los para apreciação pelo Conselho, em Fevereiro de 2015.

G. Actividades do CPS no mês de Janeiro de 2015, sob a Presidência da República da Guiné

70. A República da Guiné, assumiu a presidência do CPS a 01 de Janeiro de 2015. Durante o mês em referência, a Guiné presidiu cinco reuniões do CPS, nomeadamente, desde a 479^a até a 483^a reunião.

a) 479^a Reunião:

71. Na sua 479^a reunião, realizada a 08 de Janeiro de 2015, o Conselho apreciou e adoptou o seu programa de trabalho provisório para o mês de Janeiro de 2015 e realizou debates sobre o relatório do 2^o Seminário de Alto Nível sobre a Paz e Segurança em África: Auxiliar os Novos Membros Africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Preparação do Discurso sobre Questões de Paz e Segurança no Continente, realizado em Oran, Argélia de 9 a 11 de Dezembro de 2014, que, devido a limitações de tempo, foi adiado para outra reunião.

b) 480^a Reunião:

72. Na sua 480^a reunião realizada a 16 de Janeiro de 2015, o Conselho realizou uma sessão aberta dedicada ao tema "Prevenção de Conflitos Relacionados com as Eleições em África", na qual o Departamento de Assuntos Políticos da Comissão apresentou um Relatório. Durante a sessão aberta, o Conselho e os participantes trocaram pontos de vista sobre as próximas eleições em África e enfatizaram a necessidade dos Estados-Membros da AU evitarem a violência eleitoral através do alerta e diplomacia preventivas e de desenvolverem estratégias que visam lidar com causas estruturais subjacentes dos conflitos eleitorais, através de uma boa governação, educação dos eleitores, práticas positivas e objectivas dos meios de comunicação social e cobertura das eleições. O Conselho salientou igualmente a necessidade de acompanhar cuidadosamente os acontecimentos em todos os 18 países africanos, que irão organizar eleições em 2015.

c) Reunião consultiva dos membros não permanentes do Conselho de Segurança das NU

73. No dia 13 de Janeiro de 2015, o Conselho realizou uma reunião de consulta com os membros não-permanentes do Conselho segurança das NU, onde partilharam pontos de vista sobre como o Conselho e os membros não-permanentes do Conselho de Segurança das NU poderiam reforçar a sua cooperação, no espírito de assegurar que posições comuns Africanas no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre questões relacionadas com a paz e segurança do continente, fossem fortemente defendidas e promovidas.

d) 481^a Reunião:

74. Na sua 481^a reunião realizada a 15 de Janeiro de 2015, o Conselho apreciou o Relatório de Actividades sobre o apoio da UA ao Surto do Vírus do Ébola na África Ocidental (ASEOWA) e a situação das contribuições dos Estados-Membros da UA e o nível de envolvimento da comunidade internacional no combate à epidemia, tal como apresentado pelo Departamento de Assuntos Sociais da UA. Na reunião, o Conselho louvou os progressos realizados na implementação da ASEOWA e decidiu prorrogar seu mandato por mais seis meses. Além disso, o Conselho

lamentou a contínua estigmatização, discriminação e isolamento de ambas as pessoas e países mais afectados e reiteraram o seu apelo aos Estados-membros da UA, que ainda não o tinham feito, para cumprirem cabalmente com a decisão adoptada da XVIª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, sobre a abertura das fronteiras e a retomada dos voos para os países afectados.

e) 482ª Reunião:

75. Na sua 482ª reunião realizada a 21 de Janeiro de 2014, o Conselho adoptou um comunicado sobre os resultados do 2º Seminário de Alto Nível sobre a Paz e Segurança em África, realizada a nível Ministerial, de 9 a 11 de Dezembro de 2014, em Oran, na Argélia, com vista a Auxiliar os Novos Membros Africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Preparação do Discurso sobre Questões de Paz e Segurança no Continente.

f) 483ª Reunião:

76. Na sua 483ª Reunião realizada a 26 de Janeiro de 2015, o Conselho analisou o Relatório do CPS sobre as Actividades e o Estado de Paz e Segurança em África, a ser submetido à 24.ª Sessão Ordinária da Conferência da União, agendada para os dias 30 e 31 de Janeiro de 2015.

77. É importante notar que, no momento da finalização deste relatório, o CPS concordou em convocar uma reunião ao nível dos Chefes de Estado e de Governo, às margens da 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União, para a apreciação das seguintes questões: (i) actualização sobre a situação no Sudão do Sul e os esforços regionais e internacionais, incluindo a Comissão de inquérito liderada pela UA; (ii) Consideração do Relatório da Presidente da Comissão sobre os esforços Regionais e internacionais para Combater o Grupo Terrorista Boko Haram; e (iii) Apreciação do Relatório da Presidente da Comissão sobre a Epidemia de Ébola na África Ocidental.

IV. OUTRAS ACTIVIDADES DO CPS

- Reuniões dos Comité de Peritos do CPS

78. Durante o período em análise, o Comité de Peritos do CPS realizou várias reuniões para apoiar os preparativos das reuniões do CPS e para concluir os Termos de referência dos diversos órgãos subsidiários do CPS.

- Participação do Presidente do CPS no Quinto Retiro Anual dos Enviados Especiais e Mediadores para a Promoção da Paz e Estabilidade em África:

79. Durante o mês de Outubro de 2014, o Presidente do CPS participou, em nome do CPS, no Quinto Retiro Anual de Enviados Especiais e Mediadores para a promoção da paz e estabilidade em África, que decorreu de 21 a 23 de Outubro de 2014, em Arusha, na Tanzânia, onde enfatizou a necessidade de envidar mais esforços para a prevenção e resolução de conflitos em África, através da mediação.

- Participação do Presidente do CPS na Quinta Sessão Ordinária do Parlamento Pan-Africano

80. Além disso, o Presidente do CPS, também foi convidado no mês de Outubro de 2014 a representar o CPS na 5ª Sessão Ordinária do Parlamento Pan-Africano (PAP), realizada a 20 de Outubro de 2014 em Midrand, África do Sul. No entanto, devido a compromissos anteriores, o Presidente do CPS, com o acordo do Conselho, foi representado pelo Representante Permanente da Namíbia na referida sessão do PAP, tendo o ilustre representante proferido um discurso em nome do CPS e fornecido informações actualizadas sobre paz e segurança em África, bem como as medidas que estavam a ser tomadas pelo CPS para abordar os desafios de paz e segurança prevaletentes no continente.

- Participação do Presidente do CPS no Seminário de Alto Nível sobre Paz e Segurança

81. No mês de Dezembro de 2014 o Presidente do CPS, participou no 2º Seminário de Alto nível sobre a Paz e Segurança em África: Auxiliar os Novos Membros Africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Preparação do Discurso sobre Questões de Paz e Segurança no Continente, realizado em Oran, Argélia de 9 a 11 de Dezembro de 2014. Na ocasião, o Presidente do CPS proferiu um discurso em nome do CPS, onde enfatizou a necessidade de reforçar a cooperação e a colaboração entre o CPS e os Membros Africanos do Conselho de Segurança da ONU, bem como com as CER /MR, a fim de promover posições africanas comuns sobre questões de paz e segurança de interesse para a África no Conselho de Segurança das NU.

V. ACTIVIDADES DO PAINEL DE SÁBIOS DE JULHO DE 2014 A JANEIRO DE 2015

82. A Conferência deve estar recordada que na sua sessão de Malabo, em Junho de 2014, aprovou as recomendações apresentadas pelo Presidente da Comissão sobre a nomeação dos novos membros do Painel de Sábios. As seguintes personalidades foram nomeadas como membros do painel: o Dr Lakhdar Brahimi da Argélia (representando a África do Norte), o Senhor Edem Kodjo do Togo (representando a África Ocidental), a Drª. Albina Faria de Assis Pereira Africano de Angola (representando a África Central), a Drª Specioza Wandira Kazibwe do Uganda (representando a África Oriental) e a Madame Luísa Diogo de Moçambique (representando a África Austral).

83. No dia 09 de julho de 2014, os novos membros do painel realizaram a sua reunião inaugural em Adis Abeba. Na ocasião, os novos membros partilharam pontos de vista com os membros cessantes do Painel, nomeadamente: o Dr Salim Ahmed Salim, a Madame Marie Madeleine Kalala-Brigida, a Drª Maria Chinery Hesse e a Senhora Elisabeth Pognon, sobre os progressos realizados e os desafios enfrentados desde a operacionalização do painel, em 2007. O painel debateu igualmente questões relacionadas com a melhoria da Rede Pan-Africana de Sábios (PANWISE), bem como a sua interacção com o CPS. Finalmente, o Painel elegeu a Srª Luísa Diogo como a sua nova Presidente.

84. No dia 09 de Janeiro de 2015, o Painel convocou outra reunião na qual avaliou a situação global de paz e segurança no continente, com base nas apresentações feitas pela Comissão da UA e pelo Secretariado das Nações Unidas. O Painel concordou em concentrar seus esforços na prevenção de violência e conflitos relacionados com eleições e identificou uma série de medidas práticas a serem tomadas, incluindo o envio de missões a países específicos. O Painel trocou igualmente pontos de vista sobre as áreas temáticas em que se deve concentrar em 2015 como parte dos seus esforços de prevenção de conflitos.

VI. SITUAÇÕES NO TERRENO

85. Embora progressos tenham sido realizados na resolução de algumas crises com que o continente se confronta, existem muitos desafios ainda por ultrapassar. A Comissão e o CPS envidaram esforços sustentáveis para consolidar os progressos e promover a paz duradoura, segurança e estabilidade no Continente.

a) Comores

86. As Comores continuaram a realizar progressos no que se refere à reconciliação nacional e democracia. De Janeiro a Fevereiro de 2015, serão realizadas eleições parlamentares e municipais no Arquipélago (membros da Assembleia da União e vereadores das Ilhas autónomas). Em resposta aos pedidos das autoridades Comorianas e do Tribunal Constitucional, a Comissão disponibilizou peritos em matéria eleitoral e jurídica para auxiliar na preparação destas eleições. A Comissão também planeia enviar uma missão de observação eleitoral às Comores. Neste âmbito, a Conferência deverá apelar os Estados-Membros e os parceiros internacionais a prestarem todo o apoio necessário para a organização bem-sucedida das previstas eleições. Da mesma forma, a Conferência poderá enfatizar a necessidade de uma maior economia e assistência financeira para permitir que o Arquipélago promova o seu desenvolvimento socioeconómico. Entende-se que esta assistência será complementada por esforços contínuos de boa governação por parte das autoridades Comorianas.

b) Madagáscar

87. Em Madagáscar, um dos desenvolvimentos do período em análise esteve relacionado com o regresso inesperado no dia 13 de Outubro de 2014, do antigo Presidente Marc Ravalomanana e as suas declarações contestando a legitimidade das instituições malgaxes. Segundo o Comunicado de Imprensa emitido pela Comissão no dia 15 de Outubro de 2014, outros membros da comunidade internacional condenaram este regresso não concertado e as declarações feitas pelo antigo Presidente. Ao mesmo tempo, a UA e os outros membros da comunidade internacional apelaram à aceleração do processo de reconciliação nacional. No dia 6 de Novembro de 2014, o Representante Especial da UA visitou o antigo Presidente, em Antsiranana, onde este se encontra sob prisão domiciliária.

88. Foi neste contexto que a primeira reunião entre o Presidente da República, Hery Rajaonarimampianina e os quatro antigos Presidentes (Didier Ratsiraka, Albert Zafy, Marc Ravalomanana e Andry Rajoelina), foi organizada no dia 19 de Dezembro de 2014 em Antananarivo, sob a mediação do Conselho Cristão das

Igrejas Malgaxe (FFKM), relançando desta forma o processo de reconciliação nacional. No fim da referida reunião, foi concedido um perdão Presidencial aos cinco prisioneiros políticos enquanto o Presidente Marc Ravalomanana, até essa altura sob prisão domiciliária no acampamento militar de Antsiranana, foi autorizado a regressar à sua residência privada de Antananarivo no dia 24 de Dezembro de 2014. Uma segunda reunião foi realizada no dia 13 de Janeiro de 2015.

89. Em paralelo, o processo de normalização institucional e a consolidação da democracia continuava em curso. A esse respeito, deve-se realçar a organização de eleições intercalares no dia 29 de Agosto de 2014 para preencher os lugares que não foram preenchidos durante as eleições parlamentares organizadas no ano passado, a nomeação de novos membros do Supremo Tribunal Constitucional (HCC) e a adopção de uma série de legislação relacionada, particularmente com a nomeação de novos membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial, a criação do Tribunal Superior de Justiça, bem como a abolição da pena de morte devem ser destacadas. Além disso, deve-se destacar igualmente a nomeação de um novo Primeiro-ministro no dia 14 de Janeiro de 2015, nomeadamente o Brigadeiro General Jean Ravelonarivo, em substituição de Roger Kolo.

90. Em Outubro de 2014, uma missão conjunta de avaliação liderada pela UA e composta por representantes da SADC, ONU, UE, OIF e a Rede Africana do Sector de Segurança (ASSN) viajou à Antananarivo para analisar as necessidades de Madagáscar na área da reforma do sector da segurança. Ademais, um Representante Especial da UA continuou a facilitar as reuniões da delegação local do Grupo Internacional de Apoio para Madagáscar (ISG-M), criado em Madagáscar, no dia 28 de Março de 2014.

91. A Conferência poderá saudar a evolução positiva da situação e encorajar aos diferentes actores a envidar os seus esforços visando a reconciliação nacional e a acelerar a conclusão das questões pendentes do Roteiro para acabar com esta crise. A Conferência poderá, igualmente, apelar à comunidade internacional a mobilizar o apoio económico e financeiro que Madagáscar necessita, bem como apoiar o processo de reforma do sector da segurança.

c) Somália

92. Em termos gerais, os desenvolvimentos políticos na Somália continuavam a ser encorajadores, com a evidência do progresso alcançado no processo de formação do Estado, revisão da constituição e a preparação de eleições até 2016. Desde a assinatura do Acordo de Adis Abeba em Agosto de 2013 que cria a Administração Transitória de Juba, tem havido algum progresso na implementação deste Acordo. Além disso, foi alcançado um acordo no dia 23 de Junho de 2014, sobre a criação dos outros dois Estados, nomeadamente: os Estados do Sudoeste e do Centro. O Governo Federal da Somália (FGS) realizou, igualmente, consultas com representantes das regiões centrais, incluindo o “Estado Regional de Galmudug”, a “Administração de Himan e Heeb” e a liderança de Ahlu Sunna wal Jamaa, resultando na assinatura, no dia 30 de Julho de 2014, de um Acordo no qual as partes comprometeram-se em formar uma administração para Mudug e Galguduud. Registou-se, igualmente, progresso no processo de revisão da constituição na Somália e a preparação das eleições. As Nações Unidas, em estreita colaboração com a UA e outros parceiros, estava a planificar uma missão de avaliação eleitoral na Somália nos princípios de 2015.

93. Contudo, a legislação principal que estabelece a Comissão Nacional de Eleições Independente e a Comissão de Fronteiras e da Federação ainda deve ser adoptada. Ademais, tendo em conta as diferenças políticas dentro do Executivo, o Parlamento aprovou a votação de uma moção de censura contra o Primeiro-ministro Abdiweli Sheikh Ahmed, no dia 6 de Dezembro de 2014. No dia 17 de Dezembro de 2014, Omar Abdirashid Ali Sharmarke foi nomeado para o cargo do Primeiro-ministro. Ele apresentou o seu Gabinete no dia 12 de Janeiro de 2015.

94. Na frente de segurança, a AMISOM e o Exército Nacional da Somália (SNA) levaram a cabo com sucesso duas operações conjuntas designadas por “Águia” e “Oceano Índico”, que resultaram na recuperação de enormes zonas do grupo terrorista Al-Shabaab. Mais de 80% da zona Sul - Centro da Somália está agora sob controlo de FGS. Em linha com o plano de estabilização de FGS, os administradores locais, que foram seleccionados pelo Ministério do Interior e Federalismo, assumiram a responsabilidade pela governação de algumas das zonas recuperadas de SNA e AMISOM. Contudo, são necessários mais recursos para garantir sucesso nos esforços de estabilização, especialmente em relação à prestação de serviços sociais.

95. No dia 10 de Janeiro de 2015, o Conselho de Ministros da IGAD realizou a sua 53ª Sessão Ordinária na Somália, em Mogadíscio. A reunião que foi a primeira a ser convocada na Somália pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da IGAD em 29 anos, foi uma clara indicação do ambiente político e de segurança progressivo na Somália. A reunião foi precedida, no dia 7 de Janeiro de 2015, pela visita do Comissário da UA para a Paz e Segurança e representantes dos Países que Contribuem com Forças Militares (TCCs) à AMISOM, com vista a avaliar a situação no terreno, manifestando solidariedade para com a AMISOM depois do ataque terrorista contra o acampamento de base de Halane, ocorrido no dia 25 de Dezembro de 2014 e consultas com as autoridades da Somália.

96. Embora Al-Shabaab tenha sido enfraquecido, o grupo ainda tem uma presença na Região Intermédia de Juba e algumas partes das regiões de Bay e Bakol e mantém a capacidade para levar a cabo ataques noutras zonas, conforme foi demonstrado pelo recente ataque contra o acampamento de base da AMISOM em Mogadíscio. O grupo continuou também a realizar ataques noutros lugares na região, nomeadamente no Quénia. Neste contexto, a criação de instituições de segurança da Somália continua a ser a parte central da estratégia de retirada da AMISOM. Neste sentido, a UA e as Nações Unidas, durante o retiro conjunto realizado em Kampala, de 9 a 10 de Janeiro de 2015, concordaram em reforçar a colaboração em apoio ao desenvolvimento de um quadro de segurança de FGS. Há necessidade de envidar mais esforços com vista a integrar as milícias aliadas e apoiar as instituições de segurança da Somália que lutam juntamente com a AMISOM. Ademais, a AMISOM carece ainda de meios aéreos adequados e vários outros elementos essenciais. A situação humanitária continua dramática. O ciclo de violência e insegurança aliado às principais vias de abastecimento prejudicam a prestação de assistência às pessoas afectadas, a seca e a subida dos preços dos alimentos na Somália continuam a ter consequências devastadoras sobre o povo somali.

97. Neste contexto, a Conferência poderá saudar o progresso alcançado. Ao mesmo tempo, deve-se apelar aos intervenientes da Somália a manter o rumo e a demonstrar a necessária unidade do propósito e acção com vista a cumprir com as aspirações do seu povo em relação à paz, segurança e estabilidade. A Conferência

poderá prestar homenagem à AMISOM e aos Países que Contribuem com Forças Militares (T/PCCs) pelo seu compromisso e os sacrifícios feitos, bem como reiterar a apreciação da UA aos parceiros que prestam apoio à Missão. A Conferência poderá apelar a prestação de apoio financeiro adequado, económico e humanitário à Somália.

d) Eritreia e Etiópia

98. Durante o período em análise, não foi alcançado progresso na abordagem do processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia. Neste contexto, a Conferência poderá sublinhar a necessidade de esforços renovados para fazer face aos actuais desafios e incentivar a Comissão e ao CPS a levar a cabo iniciativas adequadas a este respeito, em linha com as disposições relevantes do Protocolo do CPS.

e) Djibouti e Eritreia

99. A Conferência recordará que, como seguimento das decisões relevantes da Conferência, o Comissário para a Paz e Segurança visitou Djibouti e Eritreia em Abril e Maio de 2014, com vista a incentivar aos dois países a tomar mais medidas para normalizar as suas relações. A Conferência poderá reiterar a necessidade de implementação eficaz do Acordo de 6 de Junho de 2012 facilitado pelo Estado do Qatar e saudar o compromisso manifestado pelos dois países durante a visita do Comissário, com vista a normalizar as suas relações e promover a boa vizinhança.

f) Corno de África

100. Como é do conhecimento do Conselho, a Conferência da União tem, durante os últimos anos, apelado repetidamente para uma abordagem regional e abrangente dos desafios para a paz, segurança e estabilidade no Corno de África, em apoio à IGAD. Esta abordagem iria, entre outros aspectos, envolver a convocação de uma conferência regional sobre paz, segurança, estabilidade, cooperação e desenvolvimento. A Comissão e o Painel de Alto Nível da UA para a Implementação (AUHIP), cujo mandato foi alargado pela reunião do CPS realizada em Nova Iorque, no dia 22 de Setembro de 2013, a fim de promover a referida abordagem, estão activamente envolvidos nos esforços para fazer seguimento das decisões da Conferência sobre a matéria. O AUHIP tenciona providenciar oportunamente ao CPS informação actualizada sobre as medidas tomadas a este respeito. Entretanto, a Conferência poderá reiterar o seu apoio à abordagem regional e abrangente prevista e apelar a todos os países da região a alargar o apoio necessário.

g) Sudão

101. Um dos principais desenvolvimentos no Sudão durante o período em análise está relacionado com os esforços para implementar o processo de diálogo nacional anunciado pelo Presidente Omar Hassan Al Bashir, no dia 27 de Janeiro de 2014, para abordar de uma forma abrangente os desafios que o país enfrenta. Durante os últimos seis meses, o AUHIP interagiu com o Governo do Sudão (GoS), vários partidos de oposição bem como outros intervenientes sudaneses. No dia 4 de Setembro de 2014, estes esforços culminaram com a assinatura de um *'Acordo sobre o Diálogo Nacional e Processos Constitucionais'* pelo Comité de Coordenação 7+7 do Diálogo Nacional e o grupo da Declaração de Paris composto pelos movimentos rebeldes de Darfur, as Duas Zonas do Nilo Azul e os Estados do Sul de

Kordofan e o Partido Nacional de UMMA. Este desenvolvimento encorajador foi saudado pelo CPS e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Contudo, é necessário que haja maior compromisso e flexibilidade dos partidos Sudanese para criar o espaço político necessário e avançar com o processo.

102. De Novembro a Dezembro de 2014, o Painel convocou reuniões em Adis Abeba, num único processo e duas sessões paralelas, de acordo com o comunicado do CPS na sua 456ª reunião, para realizar negociações entre o Governo e SPLM-N sobre as Duas Zonas e o Governo e os movimentos armados de Darfur em Darfur, respectivamente. Estas Conversações tinham em vista, principalmente, alcançar a cessação de hostilidades para um cessar-fogo abrangente de modo que os grupos rebeldes pudessem participar no processo de diálogo nacional inclusivo. As negociações sobre as Duas Zonas do Sul de Kordofan e os Estados do Nilo Azul foram realizadas com base no Projecto do Documento - Quadro, onde as Partes haviam alcançado uma plataforma comum em várias questões desde Abril de 2014. A última ronda foi concluída com algum progresso, mas sem alcançar nenhum acordo final sobre as questões em causa. O Painel isolou as seis questões que estavam a bloquear o progresso noutras partes do documento. Estas questões iriam requerer mais envolvimento antes das Partes se reunirem novamente.

103. Num avanço semelhante e, nos termos do comunicado do CPS, o AUHIP com o apoio do Representante Especial Conjunto Interino (JSR) para a operação híbrida UA-ONU em Darfur (UNAMID), o Enviado Especial do Secretário-geral da Nações Unidas para o Sudão e Sudão do Sul e um representante da IGAD no Sudão facilitou, de 23 a 29 de Novembro de 2014, negociações entre o Governo e os movimentos armados seguintes em Darfur: o Movimento da Justiça e Igualdade (JEM) e o Movimento de Libertação do Sudão – Mini Minawi (SLM-MM). O Líder do Movimento de Libertação do Sudão – Al Nur (SLM-Al Nur), o Sr. Abdulwahid Al Nur, declinou participar nas negociações. O objectivo era de criar condições para uma cessação eficaz das hostilidades e uma participação inclusiva no diálogo nacional. O Governo e os grupos armados de Darfur não chegaram a nenhum consenso sobre a agenda. De igual modo, o Painel decidiu adiar a sessão para realizar consultas amplas que iriam ajudar a reduzir as disparidades antes da próxima reunião. Para este efeito, o Painel está a envolver as autoridades sudanesas e tenciona também interagir com os Estados de Qatar e Chade para procurar apoio com vista a avançar com as negociações.

104. No terreno, a situação em Darfur continua a ser caracterizada por confrontos esporádicos entre os beligerantes armados, resultando num desalojamento significativo das populações. De acordo com as agências de ajuda em Darfur, desde o início de 2015 já ficaram desalojadas cerca de 200,000 pessoas como resultado das operações militares nalgumas partes desta região. A implementação do Documento de Doha sobre a Paz em Darfur (DDPD) continua a enfrentar sérios desafios, nomeadamente a recusa de vários grupos armados subscreverem ao acordo, bem como a falta de financiamento adequado para a execução de projectos acordados no âmbito de DDPD. No dia 11 de Novembro de 2014, o GoS apresentou um documento às Nações Unidas a solicitar o desenvolvimento de uma estratégia de saída para UNAMID. É neste contexto que em Dezembro de 2014, realizou-se uma missão de avaliação estratégica da UA-ONU à UNAMID com vista a determinar o nível de implementação das três áreas prioritárias que foram identificadas pela Missão de Avaliação da UA-ONU em Dezembro de 2013, nomeadamente: mediação entre o Governo do Sudão e os movimentos armados não signatários

com base no DDPD; protecção de civis, facilitação da prestação de assistência humanitária e segurança e protecção do pessoal humanitário; e apoio à mediação de conflitos entre comunidades. O relatório da revisão estratégica está a ser finalizado e será submetido oportunamente ao CPS.

105. A Conferência poderá reiterar o apoio da UA à iniciativa nacional de diálogo e apelar a todos os intervenientes sudaneses a trabalhar com mais afinco para a implementação com sucesso, nomeadamente, através da abordagem das questões acima expostas para o maior interesse do seu país. A Conferência poderá reiterar o seu total apoio ao AUHIP, louvar os seus membros pelos seus incansáveis esforços e compromisso e apelar aos intervenientes sudaneses a alargar a plena cooperação com o Painel. Finalmente, a Conferência poderá apelar à comunidade internacional a prestar o apoio necessário, incluindo através da prestação de apoio económico e financeiro a fim de ajudar a estabilizar a economia do país.

h) Sudão do Sul

106. A situação política e de segurança no Sudão do Sul continua a ser a maior preocupação. Os monitores da IGAD observaram várias violações de cessar-fogo, a situação humanitária continua a ser precária, com 1.4 milhões de pessoas deslocadas como resultado da violência e 3.8 milhões que necessitam de assistência. Mais de 450,000 pessoas fugiram para os países vizinhos.

107. Desde a Cimeira de Malabo, a IGAD, com o apoio de intervenientes internacionais relevantes incluindo a UA, continuou os seus esforços de mediação. Os Chefes de Estado e de Governo da IGAD convocaram duas Cimeiras, no dia 25 de Agosto e 7 de Novembro de 2014, durante as quais facilitaram as negociações presenciais entre o Presidente Salva Kiir Mayardit e o Dr. Riek Machar, Líder do Movimento de Libertação do Povo do Sudão na Oposição (SPLM-IO). De 22 de Setembro a 6 de Outubro de 2014, a Mediação convocou uma ronda de negociações em Bahr Dar, envolvendo o Governo do Sudão do Sul e SPLM-IO, bem como outros intervenientes incluindo a sociedade civil e os antigos prisioneiros políticos e em Adis Abeba, de 17 a 24 de Dezembro de 2014, entre o Governo e SPLM-IO.

108. Recorde-se que as Partes concordaram no dia 10 de Junho de 2014, em criar um Governo de Transição de Unidade Nacional até ao dia 10 de Agosto de 2014. Contudo, esse prazo não foi respeitado, uma vez que as Partes não alcançaram nenhum acordo sobre as modalidades de transição relativas à partilha de poder. É neste contexto que a Cimeira da IGAD, de 7 de Novembro de 2014, concedeu um período adicional de 15 dias ao Governo e ao SPLM-IO para concluir as suas consultas. A Cimeira da IGAD decidiu que qualquer violação da cessação das hostilidades pelas Partes implicaria a aplicação das seguintes medidas: congelamento de bens, proibição de viagem e embargo de armas. Além disso, a Cimeira concordou que o IGAD deve tomar as medidas necessárias para intervir directamente no Sudão do Sul para proteger a vida civil e restaurar a paz e a estabilidade. A Cimeira concordou, igualmente, que caso seja necessário, a IGAD pode apelar ao CPS, ao Conselho de Segurança e à comunidade internacional de uma forma geral a prestar a assistência necessária para a implementação destas medidas. Não houve progresso durante o período após a Cimeira.

109. A UA, através da Comissão, continuou a prestar apoio ao processo de mediação e realizou uma estreita consulta com os Enviados Especiais e os Países da IGAD e com os parceiros, incluindo as Nações Unidas, sobre a melhor forma de acelerar a busca de uma solução duradoura. Na sua 474ª reunião, realizada no dia 5 de Dezembro de 2014, o CPS decidiu melhorar e aumentar o seu apoio à IGAD e aos seus esforços de mediação no Sudão do Sul, incluindo consultas com os líderes da região para a criação urgente de um Comité *Ad Hoc* de Alto Nível dos Chefes de Estado e de Governo da UA composto por um representante de cada uma das cinco regiões do continente. Até ao momento de conclusão deste relatório, estavam em curso consultas sobre a composição e os Termos de Referência (TdR) do Comité. Ademais, a Comissão de Inquérito da UA, criada para investigar as violações dos direitos humanos e outros abusos cometidos durante o conflito no Sudão do Sul e apresentar recomendações sobre as melhores formas e meios para garantir a prestação de contas, reconciliação e a cura no seio de todas as comunidades do Sul do Sudão, concluiu o seu trabalho. O relatório será submetido ao CPS em devido momento.

110. À luz do acima exposto, a Conferência poderá manifestar o seu apreço à IGAD pelos seus incansáveis esforços e compromisso em busca de uma solução duradoura para o conflito no Sudão do Sul, bem como a criação do Comité *Ad Hoc* de Alto Nível da UA e incentivá-lo a tomar todas as medidas necessárias para melhorar a mediação liderada por IGAD. A Conferência poderá manifestar o seu apoio às medidas contempladas pela Cimeira da IGAD de 7 de Novembro de 2014 e de 29 de Janeiro de 2015, e solicitar ao CPS a fazer o devido seguimento. O Conselho poderá, igualmente, registar a sua profunda preocupação em relação à grave situação humanitária prevalecente no terreno, reiterar a necessidade de todas as partes cumprirem com o Direito Humanitário Internacional e os direitos humanos e apelar à comunidade internacional a melhorar as suas operações humanitárias.

i) Relações entre o Sudão e o Sudão do Sul

111. Durante o período em revista, a UA continuou a acompanhar e a apoiar de perto, a implementação do Acordo de Cooperação de Setembro de 2012 entre o Sudão e o Sudão do Sul. Em Agosto de 2014 e na sequência de relatos da falta de progresso, particularmente, em questões relacionadas com a segurança, o AUHIP realizou uma missão ao Sudão e Sudão do Sul, com o objectivo de encorajar as Partes a permanecerem firmes nos seus esforços de abordar todos os assuntos pendentes nas suas relações. De 17 a 20 de Novembro de 2014, no âmbito dos esforços de se implementar as questões do Acordo de Fronteiras de 27 de Setembro de 2012, o AUBP acolheu um workshop para o reforço da confiança entre as Comissões de Fronteiras do Sudão e do Sudão do Sul. Seguidamente, deu-se a primeira reunião da Comissão Conjunta das Fronteiras (JBC) a 21 de Novembro de 2014, na qual acordara-se que o Comité Conjunto de Demarcação (JDC) reunir-se-ia a 7 de Dezembro de 2014 em Khartoum. A 31 de Dezembro, os Ministros das Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros dos dois países reuniram-se em Khartoum e reiteraram o seu compromisso de implementar na íntegra os Acordos existentes. Neste contexto, instruíram ainda os vários Comités constituídos para abordar os desafios em questão.

112. Nenhum progresso foi registado relativamente à implementação dos Acordos Provisórios de 20 de Junho de 2011 sobre Segurança e Administração na Área de Abyei. O Comité Conjunto de Supervisão de Abyei (AJOC) que é suposto de

administrar a área em nome dos Presidentes, ainda não se reuniu, apesar de várias tentativas por parte do Medianeiro da UA para que as Partes se reunissem. Todavia, a situação no terreno tem estado estável nos últimos meses, graças à presença das Forças Interinas da ONU em Abyei (UNISFA). O mandato da UNISFA fora renovado até 28 de Fevereiro de 2015, mediante resolução 2179 (2014) adoptada pelo Conselho de Segurança da ONU a 15 de Outubro de 2014.

113. O AUHIP continuou a auxiliar em termos da Abordagem Conjunta, através do Comité Tripartido estabelecido ao abrigo do Acordo de Cooperação, tendo em vista facilitar a mobilização de assistência internacional aos dois países. A este respeito, em Setembro de 2014, o AUHIP realizou várias consultas em Washington com o Banco Mundial, o FMI e o Governo dos Estados Unidos da América. O Comité de Monitorização do Petróleo (PMC) continuou com o seu trabalho. Aquando da elaboração deste relatório, o Comité planeava organizar a sua 5^a reunião.

114. O Conselho poderá desejar encorajar os dois países no sentido de agilizarem os seus esforços em prol da plena implementação do Acordo de Cooperação de Setembro de 2012. A Conferência poderá, igualmente, exortá-los a tomar os passos necessários para abordar a questão de Abyei, quer através da implementação eficaz dos Acordos Provisórios, quer através dos esforços renovados para resolver a questão do Estado Final da Área. O Conselho poderá ainda desejar apelar a comunidade internacional a conceder o apoio necessário em relação à Abordagem Conjunta. Finalmente, a Conferência poderá elogiar o AUHIP pelos seus incansáveis esforços e encorajá-lo a continuar, colocando o seu apoio à disposição do Sudão e do Sudão do Sul.

j) Burundi

115. Esta sessão actual da Conferência decorre à menos de seis (6) meses, desde as terceiras eleições gerais pós-conflito no Burundi. Agendadas para se realizarem separadamente de 26 de Maio a 24 de Agosto de 2015, as eleições compreendem um total de cinco (5) votações, inclusivamente a primeira e a segunda volta das eleições presidenciais agendadas para 26 de Junho e 27 de Julho de 2015, respectivamente. Com vista a facilitar a organização amena dessas eleições, foram adoptados um Roteiro e Código Eleitoral consensual. O Governou estimou que o custo total das diferentes eleições planeadas, ronda os 60 milhões de Dólares Norte-americanos. A UA tenciona providenciar apoio técnico para a organização dessas eleições, bem como enviar observadores à longo e à curto prazo, para monitorizar o processo. Nesta perspectiva, uma missão de avaliação pré-eleitoral deslocou-se ao Burundi de 8 a 21 de Dezembro de 2014, com o objectivo de avaliar o ambiente político naquele país, bem como as modalidades do apoio necessário,

116. A Conferência poderá acolher os passos já dados no sentido de garantir a realização amena das eleições e instar todos os intervenientes Burundianos a não pouparem os esforços neste sentido. Neste quadro, a Conferência poderá condenar o ataque perpetrado a 30 de Dezembro de 2014 por elementos armados e, ressaltar a obrigação de todos os intervenientes Burundianos de prosseguirem com os esforços de promoção da paz, segurança e estabilidade, com vista a consolidar o progresso notável alcançado pelo país desde a assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha em 2000.

k) República Democrática do Congo

117. Esforços por parte da República Democrática do Congo (RDC) para implementar o Acordo-Quadro de Paz, Segurança e Cooperação e a Região, foram envidados durante o período em análise. É neste contexto que a Segunda Reunião Ministerial Conjunta da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGR) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) realizada em Luanda, Angola a 2 de Julho de 2014, solicitava que a oferta adiantada pelas Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) de se desarmar voluntariamente, fosse implementada no prazo de 6 meses, a contar de 2 de Julho de 2014. Tal solicitação foi, subsequentemente, aprovada pelos diferentes órgãos da ICGLR e da SADC, bem como pela reunião do Mecanismo Regional de Monitorização do Acordo-Quadro, realizada em Nova Iorque, Estados Unidos da América, em Setembro de 2014. Com base na avaliação realizada até à data, não houve nenhum progresso significativo em relação ao processo de desarmamento das FDLR. Apenas 337 milícias de um total de 1300 elementos aceitaram o desarmamento voluntário.

118. Foi nesse contexto que a Primeira reunião dos Garantes do Acordo-Quadro realizou-se em Adis Abeba, Etiópia, sob a égide da UA e das Nações Unidas. Além da UA e das Nações Unidas, Angola, na qualidade de Presidente da ICGLR, o Zimbabué e a África do Sul na qualidade de Presidente da SADC e do Órgão da SADC para a Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC respectivamente, bem como os Secretários Executivos da ICGLR e da SADC, participaram na referida reunião. Os Garantes notaram a natureza volátil da segurança na região Oriental da RDC. Relembrando o eminente prazo de 2 de Janeiro de 2015 para o desarmamento voluntário das FDLR, os Garantes exprimiram a sua profunda preocupação com o atraso registado no processo. Salientaram a natureza vinculativa e inegociável do prazo de 2 de Janeiro de 2015, recordando que, em conformidade com as relevantes resoluções do Conselho de Segurança da ONU e as Decisões dos países da região, a MONUSCO e a FADRC haviam sido solicitadas a tomar as acções necessárias para neutralizadas FDLR, caso não cumprissem com o prazo acordado. Num Comunicado emitido à 2 de Janeiro de 2015, a Equipa de Enviados Especiais da UA, ONU, EUA, UE e Bélgica, exprimia a sua preocupação a respeito da recusa por parte das FDLR de se desarmar, tendo apelado por acção militar com vista a neutralizar o grupo. O Governo da RDC e os países que contribuem com tropas junto da Brigada de Intervenção da MONUSCO reiteraram o seu compromisso de implementar eficazmente as decisões acordadas com vista a neutralizar as FDLR. Estão em curso as consultas para a realização, em tempo oportuno, de uma Cimeira ICGLR-SADC sobre esta matéria.

119. Entretanto, presencia-se o ressurgimento de actividades das Forças Democráticas Aliadas (ADF) em várias áreas à Norte de Kivu, incluindo o massacre de muitos civis. Continuam as operações militares conjuntas da MONUSCO-FARDC contra esse grupo, pelo que já conquistaram a área estratégica de Abya. Ademais, a UA continua a monitorizar a implementação das Declarações de Nairobi de Dezembro de 2013 sobre o Diálogo de Kampala entre a RDC e o M23. A referida reunião dos Garantes tomou nota dos esforços feitos pelo Governo da RDC, a fim de honrar os seus compromissos nos termos das referidas Declarações e encorajou-o a acelerar o processo, em particular a questão da amnistia, o repatriamento de ex-militantes do M23, residentes em Ruanda e Uganda. Finalmente, importa salientar que no âmbito do quadro do apoio da UA ao processo

de implementação do Acordo-Quadro, o Comissário da UA para Paz e Segurança realizou uma visita de trabalho à Kigali, Luanda e Kinshasa em Setembro de 2014. O Representante Especial da UA na Região dos Grandes Lagos prosseguiu igualmente com os seus esforços, em cooperação com outros actores internacionais competentes.

120. A Conferência poderá desejar reiterar o apoio da UA ao processo de implementação do Acordo-Quadro e apelar a todos os actores intervenientes no sentido de redobrar os seus esforços a este respeito. Neste contexto, a Conferência poderá ressaltar a importância fulcral do início imediato da neutralização das FDLR e outros grupos armados que operam no Leste da RDC, em conformidade com as relevantes decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas e das decisões adoptadas pela SADC. Similarmente, a Conferência poderá instar a todos os actores competentes, de modo que acelerem a implementação das Declarações de Nairobi. Finalmente, a Conferência poderá recordar a necessidade de esforços mais sustentáveis para se traduzir os aspectos socioeconómicos do Acordo-Quadro em acções.

I) República Centro Africana

121. Um dos principais últimos acontecimentos na República Centro Africana (RCA) prendeu-se com a transferência da autoridade da Missão de Apoio Internacional liderada por África na República Centro Africana (MISCA) para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro Africana (MINUSCA), que decorreu em Bangui a 15 de Setembro de 2014, assinalando assim a conclusão da fase inicial da estabilização da situação no terreno. A Presidente da Comissão da UA e o Comissário de Paz e Segurança participaram na cerimónia. A Presidente aproveitou o ensejo para sublinhar o trabalho desenvolvido pela MISCA, com meios limitados e num contexto extremamente difícil. Na sua reunião realizada a 17 de Setembro de 2014, o CPS, após ter acolhido a transição amena, solicitou a Comissão a proceder aos preparativos necessários para o apoio contínuo da UA ao processo de Transição e estabilização na RCA, através da transformação da MISCA em Missão da UA à República Centro Africana (MISAC). Estão a ser tomados os passos necessários de modo a tornar a MISAC plenamente operacional.

122. Num outro nível, a UA continuou a assumir as suas responsabilidades na qualidade de Co-Presidente do Grupo de Contacto Internacional sobre a RCA (ICG-CAR), que realizou duas reuniões durante o período em análise, nomeadamente: em Adis Abeba, 7 de Julho de 2014 e em Bangui a 11 de Novembro de 2014. Na sua 5ª reunião que teve lugar em Adis Abeba e, particularmente, em Bangui, o ICG-CAR acordara sobre o estabelecimento de uma Mediação Internacional, sob a égide do Presidente Sassou Nguesso da República do Congo e composta de representantes da UA e da ONU. Concordou igualmente com outras medidas com vista a reactivar o processo político.

123. Foi nesse contexto que, sob a égide da Mediação Internacional, o Fórum para a Reconciliação Nacional reuniu-se em Brazzaville, de 21 a 23 de Julho de 2014. O Fórum conduziu à assinatura de um Acordo de Cessação das Hostilidades e um consenso sobre o rumo a seguir, relativamente aos próximos passos no processo de reconciliação. Posteriormente, foi levada a cabo uma campanha de sensibilização acerca do Acordo de Cessação das Hostilidades. Aquando da finalização deste relatório, estavam em curso consultas populares nas 16 prefeituras

do país. Prevê-se que isto conduzirá à uma reunião planeada do Fórum de Reconciliação Nacional e Diálogo Político em Fevereiro de 2015 em Bangui. A este respeito, estão em curso planos para organizar um Fórum de Reconciliação e um Diálogo Político em Bangui, em Fevereiro de 2015. Importa ressaltar que, em conformidade com o Fórum de Brazzaville, foi constituído um novo Governo a 22 de Agosto de 2014, governo esse que foi tecnicamente reorganizado em 16 de Janeiro de 2015. Este novo Governo tem como prioridade a restauração da segurança, a fim de permitir a condução amena do processo político e das eleições que irão assinalar o fim da Transição. Relativamente a último ponto, o ICG-CAR, na sua 4^a reunião em Bangui, notou que o prazo de Fevereiro de 2015 estipulado para a realização de eleições não era tecnicamente defensável. O Grupo, por conseguinte, solicitou ao Mediador Internacional, de acordo com as disposições relevantes da carta de Transição para a prorrogação desta por 6 meses, a partir de 15 de Fevereiro de 2015. De acordo com esta recomendação, o Mediador Internacional, no dia 6 de Janeiro de 2015, prorrogou o prazo até 15 de Agosto de 2015. Neste contexto, é encorajador notar que os intervenientes da República Centro-Africana tenham alcançado consenso sobre os aspectos pendentes do processo eleitoral. Acordou-se então em realizar as eleições presidenciais e legislativas em simultâneo, entendendo-se que haverá um registo eleitoral informatizado, que inclui a fotografia do eleitor.

124. A situação de segurança permanece precária, não obstante as melhorias registadas no terreno. Os grupos armados, particularmente os contra-Balaka o ex-Seleka continuam activos em várias regiões do país, incluindo algumas partes de Bangui. O surgimento da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da RCA (MINUSCA), possui uma força que estima-se em 7.609 tropas militares e 1.127 oficiais da polícia dentre um total de 11.800 autorizados. A situação humanitária também continua alarmante. Além disso, a situação geral económica e financeira conforme evidenciada no orçamento para o exercício de 2015, adoptado pelo Conselho Nacional de Transição, sendo que o último representa um défice de um pouco mais de 79 mil milhões de Francos CFA.

125. A Conferência poderá exprimir o seu profundo apreço ao MISCA e aos países que contribuem com tropas e polícia, pelo excelente trabalho levado a cabo no terreno e aos Estados-membros e parceiros internacionais que providenciaram apoio logístico, técnico e financeiro à Missão. A Conferência poderá ainda instar os actores Centro Africanos no sentido de continuarem resolutamente comprometidos com a conclusão da Transição, no âmbito do prazo recém-acordado e, veementemente condenar os actos de violência cometidos pelos grupos armados. A Conferência poderá reiterar o seu apreço à Mediação Internacional, à CEEAC e aos parceiros internacionais competentes, pelo seu contínuo empenhamento. Além disso, a Conferência poderá apelar pela mobilização de maior assistência humanitária, financeira e económica à RCA. Relativamente a este último ponto, a Conferência poderá exortar as Autoridades Centro Africanas no sentido de promoverem ainda mais, a boa governação e, com êxito, levar a cabo as reformas necessárias.

m) Exército de Resistência do Senhor (LRA)

126. Esforços para neutralizar o Exército de Resistência do Senhor (LRA) continuaram durante o período em análise. As operações realizadas pelo Grupo de Trabalho Regional (RTF) da Iniciativa de Cooperação Regional da UA para a Eliminação do LRA (RCI-LRA) que, por sua vez, juntou a RCA, a RDC o Sudão do

Sul e Uganda, enfraqueceram significativamente o LRA, forçando o grupo a mudar algumas das suas actividades para o nordeste da RCA. Numa evolução significativa, Dominic Ongwen, um dos comandantes superiores do LRA, indiciado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) em Julho de 2005 por crimes contra a humanidade, a pedido do Governo do Uganda, rendeu-se ao grupo Seleka no nordeste da RCA em fins de Dezembro de 2014. A 5 de Janeiro de 2015, o grupo Seleka transferiu-o para as Forças Especiais dos EUA (USSF), forças essas que apoiam o RTF. As USSF, em contrapartida e à pedido da UA, transferiram-no à custódia do RTF em Obo, no dia 14 de Janeiro de 2015. Na sequência das consultas com o Uganda e a seu pedido, Dominic Ongwen foi entregue às autoridades da RCA que o transferiram para o TPI. Como resultado da crescente pressão pelo RTF, o LRA continua a transferir-se constantemente da RCA para o Noroeste da RDC onde tem vindo a registar-se um aumento de ataques, pilhagem e raptos.

127. Com vista a consolidar e aprimorar o progresso da RCI-LRA, a Comissão está a planear uma série de acções concretas nos próximos meses. Tais acções incluem a revisão dos resultados alcançados até à data, respeitante à implementação do mandato da RCI-LRA, a mobilização contínua de apoio político, financeiro e logístico para os contingentes da RCI_LRA e a intensificação dos esforços iniciados em prol da reabilitação das áreas e comunidades afectadas pelo LRA.

128. A 10 de Julho de 2014, a Presidente da Comissão da UA nomeara o Tenente-General (Rtd.) Jackson Kiprono Tuwei do Quênia, como o novo Enviado Especial para questões relacionadas com o LRA. Este substituiu o Embaixador Francisco Madeira, que assumiu tal responsabilidade em regime temporário, concomitantemente como Representante Especial para a Cooperação no Combate ao Terrorismo e Director do Centro Africano para Estudos e Pesquisa (ACSRT). Desde então, o novo Enviado Especial realizou uma missão conjunta com o Escritório Regional das Nações Unidas para a África Central (UNOCA) a fim de consultar os países que participam no RCI-LRA, bem como os principais parceiros. O Enviado Especial informou, igualmente, o Conselho de Segurança da ONU no dia 10 de Dezembro e, a 11 de Dezembro de 2014, participou numa reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre o LRA, em Nova Iorque.

129. A Conferência poderá desejar saudar o progresso alcançado e apelar por esforços renovados no sentido de reforçar a capacidade operacional do RFT, de forma a possibilitar que eliminem o LRA. A Conferência poderá, igualmente, ressaltar a necessidade de mobilização de recursos adequados para a reabilitação das áreas e comunidades afectadas.

n) Boko Haram

130. Durante o período em análise, o grupo terrorista Boko Haram realizou numerosos ataques, alvejando civis, polícia, igrejas, mesquitas e instituições públicas, incluindo escolas. No início de Janeiro de 2015, o Boko Haram invadiu uma base militar que era o quartel-general da Força de Trabalho Conjunto Multinacional (MNJTF), localizado em Baga, Estado de Borno. O grupo forçou milhares de moradores a abandonar a região no ataque, queimou, destruiu as suas casas e negócios, e massacres. Importa referir igualmente os atentados suicidas dos dias 10 e 11 de Janeiro de 2015 em Maiduguri, estado de Borno e Potiskum, estado de Yobe, supostamente envolvendo crianças coagidas por Boko Haram a

actuarem como suicidas. Significativamente, desde 2013, o grupo terrorista Boko Haram tem frequentemente atacado vilas e aldeias, escolas e postos avançados de segurança, bem como raptos de civis, turistas estrangeiros e missionários nas regiões fronteiriças dos Camarões. Recentemente, houve um número crescente de ataques na região da bacia do Lago Chade, ao longo das fronteiras da Nigéria com Chade e Camarões, bem como nas províncias do norte dos Camarões.

131. Os ataques e outros abusos perpetrados pelo Boko Haram resultaram em deslocamentos internos massivos. Além disso, levaram a um fluxo significativo de populações dos Estados de Borno, Yobe e Adamawa da Nigéria para o Níger, Chade e Camarões. Esta situação criou uma pressão significativa sobre os recursos nos países de acolhimento, levantando preocupações de que isto pode dar origem a tensões entre os refugiados e as comunidades de acolhimento. De acordo com a Agência Nacional de Gestão de Emergências (NEMA) do Governo da Nigéria, cerca de 868 235 pessoas foram afectadas pelos ataques terroristas em curso no Nordeste do país. A NEMA está actualmente a gerir 20 campos de deslocados internos (DI). A precária situação de segurança impede a entrega de ajuda a muitas pessoas necessitadas. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) estima que o número de refugiados e pessoas deslocadas excedeu um milhão.

132. Durante a reunião do CPS sobre o Terrorismo e Extremismo Violento, realizada em Nairobi, Quênia, a 2 de Setembro de 2014, a questão da Boko Haram foi discutido extensivamente. Mais especificamente, o CPS exortou aos países da região para tomarem as medidas necessárias para a operacionalização do mecanismo acordado para endereçar, mais efectivamente possível, as ameaças impostas pelo Boko Haram. Posteriormente, várias iniciativas foram tomadas pelos países da região, no seguimento das conclusões da Cimeira de Paris de 17 de Maio de 2014, que reuniu os Chefes de Estado e de Governo do Benim, Chade, Camarões, França, Níger, Nigéria, o Primeiro-Ministro do Reino Unido e de outros intervenientes, bem como as reuniões de nível Ministerial que tiveram lugar em Londres e em Washington a 12 de Junho e 5 de Agosto de 2014, respectivamente. No dia 3 de Setembro de 2014, os países da região convocaram a sua 3ª reunião ministerial em Abuja. A reunião saudou os progressos alcançados na operacionalização da Unidade de Fusão de Inteligência Regional (RIFU), os esforços do Governo Nigeriano na criação de um fundo para o alívio do sofrimento das vítimas da insurgência de Boko Haram e as medidas tomadas para reforçar a MNJTF. A reunião ressaltou igualmente a necessidade de solucionar eficazmente as fontes de financiamento e de fornecimento de armas a Boko Haram.

133. No dia 7 de Outubro de 2014, os Chefes de Estado e de Governo dos países membros de LCBC e Benim realizaram uma Cimeira Extraordinária em Niamey para avaliar a situação de segurança e de adoptar uma estratégia comum na luta contra o grupo terrorista Boko Haram. A Cimeira manifestou a sua determinação de desenvolver as capacidades operacionais e de inteligência da região, bem como a coordenação da MNJTF. Esta decidiu finalizar a implantação dos contingentes prometidos pelos países membros de LCBC e Benim, até 1 de Novembro de 2014 e o estabelecimento da Sede da MNJTF, até 20 de Novembro de 2014. Conforme foi indicado pela Cimeira, a 4ª reunião ministerial dos países membros de LCBC e Benim teve lugar em Abuja, a 13 de Outubro de 2014. A reunião prometeu pessoal para a implementação da decisão da Cimeira sobre o estabelecimento da Sede da MNJTF e a implantação pelos países da região do contingente comprometido dentro das suas fronteiras nacionais. Eles concordaram num projecto de resolução a ser

encaminhado a UA e para o Conselho de Segurança da ONU, que autorizaria a operacionalização da MNJTF, apelar no sentido de proporcionar o apoio internacional necessário e apelar ao Secretário-geral das Nações Unidas para estabelecer um Fundo Fiduciário para a força.

134. No dia 25 de Novembro de 2014, o CPS avaliou os esforços regionais para combater Boko Haram. No seu comunicado adoptado nessa ocasião, o CPS reiterou a sua forte condenação dos atentados terroristas abomináveis perpetrados por Boko Haram, bem como a sua solidariedade com a Nigéria e com os outros países da região. O CPS sublinhou que as actividades terroristas de Boko Haram representam uma séria ameaça, não só para a Nigéria, mas também para a região e para o continente como um todo, e como tal apelou para se envidar esforços colectivos de africanos. O CPS manifestou total apoio à criação e implantação da MNJTF, como um quadro apropriado para neutralizar efectivamente o grupo terrorista Boko Haram. Solicitou à Comissão para realizar consultas urgentes com os Estados-membros de LCBC e Benim e disponibilizar os conhecimentos necessários, de forma a identificar e concordar nos passos práticos que podem facilitar uma disposição atempada do apoio internacional necessário, tal como foi solicitado na reunião ministerial de 13 de Outubro de 2014, nomeadamente: (i) a adopção pelo Conselho de segurança da ONU de uma resolução que autoriza os Estados-membros da LCBC e Benim a implantarem a MNJTF para um período inicial de 12 meses, (ii) o estabelecimento pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de um Fundo Fiduciário para o sustento das operações da MNJTF e (iii) a mobilização internacional de apoio financeiro e logístico necessário.

135. Os países da região convocaram a sua 5ª reunião ministerial em Niamey, Níger, no dia 20 de Janeiro de 2015. A UA, juntamente com um número de parceiros internacionais, participaram da reunião. Os participantes observaram a contínua deterioração da situação e a ocupação de vastos territórios na parte Nordeste da Nigéria, resultando no aumento significativo da capacidade operacional do Boko Haram, deslocamento massivo forçado das populações e uma grave crise humanitária, forte pressão sobre os recursos naturais nos países que abrigam refugiados e um aumento de banditismo. A reunião concordou em algumas medidas práticas de segurança, nomeadamente o estabelecimento da Sede da MNJTF em Ndjamena, o estabelecimento de uma rede de comunicação segura para as forças de segurança a operar na e ao redor da bacia do Lago Chade, e a finalização, logo que for possível, da coordenação e da célula de ligação a ser estabelecida em Ndjamena. Além disso, a reunião solicitou à Presidente da Comissão para apresentar um relatório sobre os esforços regionais e internacionais para combater Boko Haram por forma a permitir que o CPS autorize a implantação da MNJTF; organizar, em colaboração com os intervenientes, uma reunião de peritos no início de Fevereiro de 2015 para finalizar o conceito de operação para a MNJTF. Está, igualmente, prevista a convocação de uma conferência de doadores para mobilizar recursos para a MNJTF. No momento da finalização deste relatório, a Comissão estava a tomar medidas necessárias para dar seguimento ao pedido da reunião ministerial de Niamey.

136. Entretanto, no dia 14 de Janeiro de 2015, o Governo do Chade prometeu apoio activo na luta contra o Boko Haram. Posteriormente, a Assembleia Nacional de Chade autorizou as Forças Armadas e de Segurança do Chade para ajudarem os soldados camaroneses e nigerianos na luta contra os terroristas de Boko Haram. Desde então, os soldados chadianos ficaram implantados no Norte de Camarões. Num comunicado emitido a 20 de Janeiro de 2015, a Presidente da Comissão

saudou a decisão tomada pelo Chade. Ela observou, com satisfação, as Conclusões da reunião de Niamey e prometeu apoio contínuo da UA dos esforços dos países da região.

137. O Conselho de Segurança pronunciou-se igualmente sobre as actividades terroristas de Boko Haram. Como a Conferência deve recordar-se, no dia 22 de Maio de 2014, o Comité de Sanções da Al-Qaeda do Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou o acréscimo de Boko Haram na sua lista de indivíduos e entidades sujeitas às sanções financeiras. No dia 19 de Janeiro de 2014, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou uma declaração presidencial, condenando, em termos mais fortes, a mais recente escalada de ataques perpetrados por Boko Haram; exigiu que Boko Haram imediatamente e inequivocamente parasse com todas as hostilidades e todos os abusos dos direitos humanos e com a violação do direito internacional e desarmar e desmobilizar; e manifestou preocupação face à escala da crescente crise humanitária causada pelas actividades de Boko Haram. O Conselho de Segurança tomou nota da decisão dos Estados Membros de LCBC e Benim para operacionalizar a MNJTF e exortou aos países da região para realizarem ainda mais o planeamento em prol da operacionalização sustentável, viável e eficaz da MNJTF. Acolheu, com satisfação, a assistência que já está a ser proporcionada para os Estados da região e incentivou parceiros bilaterais e multilaterais para aumentarem o seu apoio.

138. Em conclusão, a Conferência poderá querer reiterar a sua forte condenação das actividades do grupo terrorista Boko Haram, bem como reiterar a sua solidariedade com os países afectados na região. A Conferência poderá também desejar saudar os esforços realizados pelos países membro de LCBC e Benim, incluindo as etapas seguidas para operacionalizar a MNJTF, bem como as etapas previstas pela Comissão para apoiar os países da região. A Conferência poderá desejar apelar o Conselho de Segurança das Nações Unidas a adoptar, oportunamente, uma resolução autorizando a implantação da MNJTF e a solicitar ao Secretário-geral para estabelecer um fundo fiduciário. A Conferência poderá desejar, igualmente, apelar à comunidade internacional em geral a estender todo o apoio necessário aos países membros de LCBC e Benim na implementação das decisões que tomaram. Finalmente, a Conferência poderá desejar de reiterar que o Boko Haram é uma ameaça não só para a Nigéria e a região, mas também para o continente como um todo e, como tal, a situação exige esforços renovados de africanos colectivos. A Conferência poderá desejar apelar a todos os Estados Membros da UA, que ainda não o tenham feito, a estender o apoio completo para os esforços dos Estados Membros da LCBC e Benim, em conformidade com os princípios da solidariedade africana e a indivisibilidade de paz e segurança no continente, tal como previsto nos instrumentos relevantes da UA, incluindo a Política Comum Africana de Defesa e Segurança.

o) Côte d'Ivoire

139. A Côte d'Ivoire prossegue os seus esforços para instaurar a paz e a reconciliação nacional, bem como assegurar a recuperação socioeconómica. A Comissão Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR), cujo mandato chegou ao fim, realizou um rigoroso trabalho de documentação e construção de memória. Do mesmo modo, foi alcançado um acordo entre o Governo e a oposição relativa à composição do Escritório Central da Comissão Eleitoral Independente tendo em vista as eleições previstas para Outubro de 2015. O processo que visa reorganizar as Forças de Defesa e Segurança continua, apesar das dificuldades. O processo do

regresso voluntário de refugiados e exilados foi igualmente acelerado. A nível do sector da saúde, as autoridades tomaram medidas atempadas para evitar a propagação do vírus Ébola. Durante o meu périplo na sub-região, no final de Outubro de 2014, saudei os esforços envidados pelas autoridades da Côte d'Ivoire, a este respeito. Além disso, o índice de segurança melhorou consideravelmente, permitindo o retorno definitivo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a sua sede em conformidade com o Estatuto, 11 anos após a transferência para Túnis. Este contexto geralmente positivo permitiu que a economia da Côte d'Ivoire registasse uma elevada taxa de crescimento. A Conferência pode desejar saudar a contínua evolução positiva da situação na Côte d'Ivoire e encorajar as autoridades e outros actores da Côte d'Ivoire a prosseguirem os seus esforços.

p) Libéria, Guiné e Sierra Leone

140. A Libéria estava a fazer progressos nos seus esforços para a consolidação da paz pós-conflito antes do surto da Doença do Vírus Ébola (DVE). O actual surto do Ébola afectou todos os sectores da economia liberiana e processos de governação no país. A Guiné e a Sierra Leone, que tinham registado progressos significativos na recuperação e crescimento, também foram afectados pela DVE. A UA enviou pessoal médico e outro, no quadro de uma missão destinada a conter o DVE. De 22 a 24 de Outubro de 2014, a Presidente da Comissão realizou uma missão à Libéria, à Sierra Leone e Guiné, tendo como objectivo exprimir a solidariedade da UA aos países afectados, avaliar os esforços empreendidos no terreno e contribuir para uma maior mobilização africana e internacional. Aproveitou a sua presença na região para consultar os Presidentes do Gana e da Côte d'Ivoire sobre a situação. Um relatório separado sobre o assunto foi submetido aos Órgãos Deliberativos da UA. A Conferência pode desejar reiterar a solidariedade da UA aos países afectados, apelar para o reforço da mobilização africana e internacional para conter a crise do Ébola e sublinhar a necessidade de continuar os esforços de construção da paz e da reconstrução pós-conflito nos três países.

q) Guiné-Bissau

141. Na Guiné-Bissau, foram feitos progressos significativos durante o período em análise. Após as eleições presidenciais e legislativas em Abril e Maio de 2014, ganhas pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), um governo inclusivo, constituído por representantes dos partidos com assento parlamentar e a sociedade civil formou-se a 4 de Julho de 2014. Para enfrentar a situação socioeconómica, o Governo adoptou as medidas com enfoque nas situações de emergência, incluindo um Plano de Acção para a prevenção do surto epidémico do vírus Ébola, a realização de auditoria das obrigações contratuais do Estado e o desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo para estabelecer as bases para o desenvolvimento sustentável. Para garantir o seu financiamento, todas as esperanças estão viradas para a Mesa Redonda marcada para Março de 2015.

142. A outra prioridade do Governo é a reforma do Sector de Defesa e Segurança. De salientar que alguns aquartelamentos foram reabilitados com o apoio da CEDEAO. As negociações estão em andamento para determinar as condições para a reforma e a desmobilização do pessoal militar e paramilitar. O custo desta operação elevar-se-á a 83 milhões de dólares, durante um período de 5 anos. A CEDEAO comprometeu-se a financiar a operação com 46,1 milhões de dólares. O valor remanescente será coberto em parte pelo Governo da Guiné Bissau, que se

comprometeu a financiar 10% do montante global da operação; também poderiam se juntar a outros parceiros internacionais no processo. Além disso, a 46ª Sessão Ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada em Abuja, em 15 de Dezembro de 2014, decidiu prorrogar o mandato da Missão da CEDEAO na Guiné Bissau (ECOMIB).

143. No âmbito do apoio às novas autoridades, as instituições financeiras internacionais designaram várias missões de campo à Guiné-Bissau para avaliar a situação e identificar futuras áreas de intervenção. Ao mesmo tempo, uma terceira missão de avaliação conjunta CEDEAO/CPCP/OIF/UE/NU, coordenada pela UA, fez uma visita à Bissau, de 15 a 19 de Setembro. O seu relatório foi analisado pelos Representantes das organizações envolvidas em Nova Iorque, em 26 de Setembro de 2014, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas.

144. A Assembleia pode desejar saudar a evolução positiva da situação na Guiné-Bissau e reiterar o seu apoio aos esforços do Governo. Da mesma forma, o Assembleia pode apelar aos Estados-membros e à comunidade internacional no sentido de mobilizarem o apoio necessário. A este respeito, é importante salientar particularmente o financiamento da reforma do Sector de Segurança e a recuperação socioeconómica do país.

r) Burkina Faso

145. Estes últimos meses foram marcados por uma série de manifestações contínuas, lideradas pela sociedade civil e a oposição política para bloquear a proposta de alteração ao Artigo 37º da Constituição, que limita para dois o número de mandatos que um Presidente da República pode cumprir. Estes eventos deterioraram nos dias 30 e 31 de Outubro de 2014, quando a Assembleia Nacional preparava-se para analisar a proposta de revisão da Constituição, forçando assim o Presidente Blaise Compaoré a renunciar ao seu cargo. O exército, através do Coronel Isaac Zida, decidiu então assumir o poder do Estado, após ter suspenso a Constituição e dissolvido a Assembleia Nacional.

146. Num Comunicado emitido a 1 de Novembro de 2014, a Presidente da Comissão apelou para uma transição consensual e dirigida por civis no Burkina Faso. Igualmente, nomeou um Enviado Especial na pessoa do Sr. Edem Kodjo, um membro do Painel dos Sábios da UA. A 3 de Novembro, o CPS reafirma a necessidade imperiosa de uma transição dirigida por civis e exigiu que os militares transferissem o poder aos civis dentro de duas semanas ou enfrentariam sanções. Outras iniciativas foram igualmente tomadas pela CEDEAO, em particular através de um Grupo de Contacto, liderado pelo Presidente Macky Sall, do Senegal, pelo Presidente da União, o Presidente Mohamed Ould Abdel Aziz, que viajou para Ouagadougou. Além disso, a UA, CEDEAO e a ONU, enviou duas missões conjuntas no terreno no início de Novembro.

147. Foi neste âmbito que a Constituição foi restaurada. A este importante desenvolvimento seguiu-se a adopção, pelos actores burquinabês, de uma Carta para a Transição e a nomeação de um civil, o Sr. Michel Kafando, como Presidente da Transição, cujo mandato tem a duração de 12 meses, período após o qual serão organizadas eleições. Na sua reunião realizada em 18 de Novembro de 2014, o CPS, observando a evolução positiva da situação, decidiu não tomar as medidas que tinham sido previstas no seu comunicado de 3 de Novembro de 2014, incluindo a suspensão da participação de Burkina Faso nas actividades da UA.

Posteriormente, o tenente-coronel Isaac Zida foi nomeado Primeiro-ministro e um novo governo foi formado. O governo anunciou sua intenção de organizar simultaneamente eleições presidenciais e legislativas em 20 de Setembro de 2015 e as eleições locais em 8 de Novembro de 2015. O Governo também deu indicações preliminares sobre o orçamento das diferentes cédulas eleitorais.

148. Nos termos do Comunicado do CPS, de 18 de Novembro de 2014, a UA, a CEDEAO e as Nações Unidas, estabeleceram um Grupo de Acompanhamento e de Apoio Internacional para a Transição no Burkina Faso (GISAT-BF). O Grupo, que reúne os países vizinhos do Burkina Faso e outros países africanos, bem como parceiros bilaterais e multilaterais, realizou a sua reunião Inaugural em Ouagadougou a 13 de Janeiro de 2015. Nessa ocasião, os participantes reafirmaram o compromisso de suas respectivas organizações e países prestarem todo o apoio necessário para a conclusão, com sucesso, da transição dentro do prazo definido. Também chegaram a consenso sobre as modalidades de funcionamento do GISAT-BF, que reunirá, pelo menos, a cada dois meses.

149. Tendo em conta o que precede, a Conferência pode reiterar a solidariedade da UA com o povo do Burkina Faso e o seu compromisso para apoiar as autoridades de transição nos seus esforços para conduzir com sucesso a transição, com a organização de eleições livres, justas e credíveis. A Conferência pode igualmente apelar para que a UA, os Estados-membros e a comunidade internacional forneçam todo o apoio necessário para tal e contribuam para o alívio das dificuldades socioeconómicas que o Burkina Faso enfrenta. A Conferência pode reafirmar a necessidade de estabelecer as condições necessárias para a participação plena de todos os actores políticos e outras partes interessadas na vida da nação e estabelecer as bases para uma verdadeira reconciliação nacional.

s) Mali

150. No Mali, o período em análise testemunhou a continuação, em Argel, das conversações de paz Inclusivas entre o Governo do Mali e os movimentos armados. Esse processo está a decorrer sob os auspícios da mediação argelina, em coordenação com a UA, as Nações Unidas, a mediação da CEDEAO, a União Europeia e a Organização da Cooperação Islâmica (OIC) e com o apoio da Região (Burkina Faso, Chade, Mauritânia e Níger). Em 24 de Julho de 2014, as partes assinaram um Roteiro consensual sobre a condução do processo de negociação e uma declaração sobre a cessação das hostilidades. A Argélia, principal Mediador, apresentou um projecto de Acordo às partes no Mali, que deve ser finalizada na fase final das negociações, prevista para Fevereiro de 2015. A Comissão, incluindo a MISAHEL, participou activamente no processo das negociações de Argel.

151. A situação de segurança no Norte do Mali é ainda frágil, marcada pelo aumento de ataques contra o exército maliano e as forças internacionais lá presentes. É neste contexto que os Países que Contribuem com Tropas para a MINUSMA reuniu-se em Niamey, a 5 de Novembro de 2014, com a participação da Comissão, para formular recomendações sobre as modalidades para reforçar a Missão. A Comissão está a acompanhar de perto estas recomendações. Além disso, a Comissão está a trabalhar na execução da estratégia para a Região do Sahel, adoptada pelo CPS em 11 de Agosto de 2014. Esta estratégia centra-se na governação, segurança e desenvolvimento.

152. Um dos principais desenvolvimentos na intervenção da UA no Sahel foi a organização, na capital da Mauritânia, em 18 de Dezembro de 2014, de uma Cimeira dos países participantes no processo de Nouakchott, sobre o reforço de cooperação de segurança e a operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança na região sahelo-sahariana, sob os auspícios do Presidente Mohamed Ould Abdel Aziz, que é também o actual Presidente da União. Os representantes das Nações Unidas e da União Europeia participaram na Cimeira. Na Declaração adoptada, na ocasião, a Cimeira saudou os resultados já obtidos na execução do processo, em particular a realização regular das reuniões dos chefes de inteligência e serviços de segurança e dos ministros dos países da região. Além disso, a Cimeira sublinhou a necessidade de acelerar e finalizar a sessão de reflexão sobre a operacionalização da APSA. A este respeito, a Cimeira solicitou à Comissão, em estreita cooperação com a CEDEAO e com o apoio de parceiros internacionais, a tomar as medidas necessárias, incluindo a organização de uma reunião dos Chefes de Estado-maior de Defesa e dos Chefes dos Serviços de Inteligência e dos Ministros da Defesa e Segurança, com vista a finalizar os estudos necessários para o estabelecimento de melhores mecanismos de cooperação para a vigilância das fronteiras, em particular unidades combinadas e patrulhas conjuntas. Finalmente, os países da região manifestaram a sua prontidão, em consulta com as Nações Unidas, para contribuir para o reforço da MINUSMA, especialmente através da criação, baseada no modelo da Brigada de Intervenção da MONUSCO, de uma força de intervenção a serem implantada no Norte do Mali sob a MINUSMA.

153. A Conferência pode manifestar o seu apreço à Argélia e a outros membros da mediação pelos esforços envidados e exortar as partes Malianas a celebrar rapidamente um acordo, tendo devidamente em conta a unidade e a integridade territorial do Mali, bem como a natureza secular do Estado do Mali. A Conferência pode igualmente prestar o seu apoio às conclusões da reunião de Niamey sobre o reforço do mandato da MINUSMA, reiterar o seu apoio ao processo de Nouakchott e encorajar os países da região a continuar a trabalhar em conjunto para fazer face aos múltiplos desafios enfrentados.

s) Sahara Ocidental

154. Não houve registo de progressos na procura de uma solução para a questão do território não autónomo do Saara Ocidental. A Conferência recorda que a resolução 2152 (2014), adoptada a 29 de Abril de 2014, o Conselho de segurança das Nações Unidas reiterou o seu forte apoio ao compromisso do Secretário-geral e do seu enviado pessoal para a busca de uma solução à questão do Saara Ocidental e, neste contexto, apelou para a organização de novas reuniões e o reforço de contactos.

155. Durante o período em análise, o Enviado Pessoal do Secretário-geral, o Embaixador Christopher Ross, não conseguiu encetar as consultas que tinha previsto com as Partes, no quadro da sua nova abordagem para ajudar a superar o impasse na procura de uma solução. Embora a Frente POLISARIO e os países vizinhos como a Argélia e a Mauritânia tivessem manifestado disponibilidade para receber o Embaixador Ross, o enviado pessoal não pôde iniciar as consultas bilaterais porque Marrocos não se mostrou disponível em recebê-lo. Além disso, Marrocos ainda não autorizou o recém-nomeado Representante Especial das Nações Unidas e Chefe da MINURSO a viajar para Laayoune e para assumir suas funções. A questão do Sahara Ocidental foi analisada pelo Conselho de Segurança durante uma reunião realizada a 27 de Outubro de 2014, na qual o Enviado

Pessoal indicou que o processo de negociação continuava exactamente onde tinha parado na última revisão feita pelo Conselho de Segurança, em Abril de 2014. Enquanto isso, a Frente POLISÁRIO continuou a chamar a atenção internacional em relação às violações dos direitos humanos, bem como à exploração ilegal dos recursos naturais do território.

156. Por seu lado, e em conformidade com as decisões pertinentes adoptadas pelo Conselho Executivo, a Comissão tem prosseguido os seus esforços que visam aumentar o empenho internacional para superar o impasse actual. Na sequência das suas consultas com funcionários relevantes em Espanha, o Reino Unido, a França, os Estados Unidos e as Nações Unidas, em Junho de 2014, o antigo Presidente Joaquim Chissano, enquanto Enviado Especial da UA, visitou Moscovo, em Setembro de 2014, para conversações com os dirigentes russos. Também visitou a China em Janeiro de 2015.

157. Tendo em conta o que precede, a Conferência pode reiterar o apelo da UA para uma rápida resolução do conflito com base na legalidade internacional e nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A este respeito, a Conferência pode desejar reiterar o apoio da UA, particularmente através da participação activa da comunidade internacional, aos esforços do Enviado Pessoal das Nações Unidas e expressar os repetidos apelos lançados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para que as partes prossigam as negociações sem condições prévias e de boa-fé, visando alcançar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável, que irá prever a autodeterminação do povo do Saara Ocidental no contexto de acordos coerentes com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas. A Conferência pode desejar renovar o seu apoio aos esforços do Enviado Especial da UA, incluindo a contínua interacção com o Conselho de Segurança das Nações Unidas e outros actores internacionais.

t) Tunísia

158. A Tunísia continuou a registar progressos notáveis no seu processo de transição. A Conferência irá recordar que o período anterior foi particularmente marcado pela adopção, em Janeiro de 2014, de uma nova Constituição e um novo Código Eleitoral, em Maio de 2014. Em 26 de Outubro de 2014, os tunisinos foram às urnas para eleger a Assembleia dos Representantes do Povo (ARP), sob condições livres, justas e credíveis, eleições que foram saudados, por unanimidade, pelos observadores, incluindo da UA. Dos 217 assentos no Parlamento, o partido Nida Tounes obteve 85, seguido pelo partido Ennahda, que obteve 69, e o "*L'Union patriotique libre*" (União Patriótica Livre) 16 assentos.

159. O primeiro turno das eleições presidenciais foi realizado a 23 de Novembro de 2014. Visto que nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta necessária, uma segunda volta entre o Sr. Béji Caïd Essebsi, o candidato do partido Tounés Nida, e o Sr. Mohamed Moncef Marzouki, Presidente cessante, foi realizada a 28 de Dezembro de 2014. O Órgão Superior Independente para as Eleições na Tunísia (ISIE) proclamou o Sr. Essebsi como vencedor com 55,68% dos votos contra 44,32% dos votos para o Sr. Marzouki, que imediatamente aceitou a sua derrota e felicitou o Presidente eleito. O último foi empossado a 31 de Dezembro de 2014 perante a ARP, tornando-se assim o primeiro Presidente democraticamente eleito por sufrágio universal desde a independência da Tunísia em 1956.

160. A Conferência pode felicitar os actores sociopolíticos tunisinos pelos esforços sustentados que continuaram a envidar para a condução de uma transição pacífica e consensual e sublinhar a carácter exemplar da experiência da Tunísia. A Conferência pode desejar renovar o seu apelo à comunidade internacional para que forneça à Tunísia o apoio económico e financeiro necessário para a consolidação da sua democracia.

u) Líbia

161. Durante o período em análise, a Líbia continua a enfrentar muitos desafios, incluindo, a grave deterioração da situação de segurança, com aumento de confrontos destruidores por parte dos grupos de milícias rivais armados em Trípoli e em Benghazi e em várias regiões do país. Os confrontos resultaram em inúmeras e severas violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, ao mesmo tempo que deteriora-se a situação humanitária, que resultou em cerca de 400,000 deslocados internos e na fuga de mais 100,000 refugiados para os países vizinhos.

162. A situação prevalecente no terreno agravou também a crise política no país após a realização de eleições legislativas a 25 de Junho de 2014, com o estabelecimento de dois órgãos paralelos, o legislativo e o executivo. O Governo reconhecido a nível internacional, chefiado pelo Primeiro-ministro Abdullah Al-Thinni, e o recém-eleito legislativo, a Assembleia Legislativa, foram transferidos para Tobruk, na sequência da tomada de Trípoli, em Agosto de 2014, por parte da coligação das milícias durante a Operação Dawn na Líbia. Uma administração paralela, como o senhor Omar al-Hasi, na qualidade de Primeiro-ministro, e o anterior órgão legislativo, o Congresso Nacional Geral (GNC), actualmente funciona a partir de Trípoli. O clima político tornou-se mais polarizado na sequência da decisão do Tribunal Supremo da Líbia, a 6 de Novembro de 2014, de invalidar as eleições de Junho de 2014, que tinha elegido a Assembleia Legislativa.

163. De igual modo, importa notar que a crescente ameaça por parte de grupos terrorista e criminoso, alguns dos quais, incluem elementos estrangeiros, encontraram abrigo seguro em algumas regiões da Líbia. A 22 de Setembro de 2014, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a resolução 2174 (2014), que condena o extremismo violento e o terrorismo, e solicita todos os Estados no sentido de impedir a circulação dos terroristas e dos grupos terroristas e sublinhar a importância de resolver a questão sobre a ameaça colocada por combatentes terroristas estrangeiros. A 20 de Novembro de 2014, o Conselho de Segurança da ONU declarou Ansar Al Shari como uma organização terrorista. O período em análise testemunhou também o surgimento na Líbia do Estado Islâmico, no Iraque e na Síria (ISIL), com alguns grupos locais a prometerem lealdade à ISIL. Ademais, a situação na Líbia facilitou, igualmente, a continuação da proliferação e o tráfico de armas, com consequências profundas para toda a região Sahelo-Sahariana.

164. Perante a situação de aumento da violência e de empasse político, o Enviado Especial da UA para Líbia, Dileita Mohamed Dileita, desencadeou várias consultas com as autoridades da Líbia, incluindo, outros intervenientes e os países da região. O Enviado Especial manteve também consultas com os parceiros bilaterais e multilaterais da UA. Deve-se notar também que os países vizinhos estão a participar de modo activo na busca de uma solução para a crise. Esses países, até à presente data, organizaram cinco reuniões ministeriais, em Argel em Maio de 2014, em

Malabo em Junho de 2014, em Túnis em Julho de 2014, em Cairo em Agosto de 2014, e em Khartoum, em Dezembro de 2014. Nesse contexto, foram estabelecidos dois comités, o comité de segurança e o comité de política, chefiados pela Argélia e pelo Egipto, respectivamente. Esses comités reuniram-se em diversas ocasiões com a participação da UA.

165. O Representante Especial da ONU e o Responsável da Missão das Nações Unidas de Apoio para Líbia (UNSMIL), Bernardino Leon, levou a cabo diversas iniciativas que visam facilitar a cessão das hostilidades e iniciar um diálogo político. Nesse sentido, a UNSMIL facilitou, de 14 a 15 de Janeiro de 2015, em Genebra, um diálogo político sobre a Líbia, com vista a encontrar uma solução para pôr fim a crise multidimensional que o país enfrenta. Os participantes apelaram a todas as partes no sentido de cessarem as hostilidades e criar um ambiente conducente para o diálogo. Discutiram também as questões sobre as medidas de confiança para salvaguardar a unidade nacional da Líbia e aliviar o sofrimento da população civil. ~~Dado que o relatório foi concluído, os participantes concordaram em regressar a Genebra para uma nova ronda de diálogo após a realização de consultas com os seus respectivos círculos eleitorais. Importa salientar que alguns dos intervenientes na Líbia não participaram nessa ronda de conversações.~~

166. O CPS está também a acompanhar o assunto de forma activa. Durante a sua 459ª Reunião realizada em Nova Iorque a 23 de Setembro de 2014, o PSC apelou por esforços renovados para o alcance de uma cessão duradoura das hostilidades entre as partes beligerantes e facilitar um diálogo inclusivo. Nesse sentido, o PSC acolheu com satisfação a iniciativa por parte da Argélia de organizar um diálogo inter-Líbia. O PSC decidiu, de igual modo, estabelecer, em estreita colaboração e com o apoio das Nações Unidas, um Grupo Internacional de Contacto sobre a Líbia (ICG-L) para facilitar o engajamento coordenado e harmonizado na Líbia. Ademais, o PSC apoiou o estabelecimento de um comité de alto nível de Chefes de Estado e de Governo para permitir a UA apoiar, de modo mais eficaz, os esforços de paz e de reconciliação na Líbia. O Grupo realizou a sua reunião inaugural em Adis Abeba, a 3 de Dezembro de 2014. Nas conclusões adoptadas na ocasião, os participantes, após terem enfatizado que não pode haver uma solução militar à actual crise na Líbia, apelaram pelo fim imediato e incondicional aos confrontos. Os participantes condenaram todas as interferências externas e intervenções que estão a agravar a situação no país e a polarizar ainda mais o ambiente político e social. Notaram, com satisfação, o papel dos países vizinhos e os seus amplos esforços para ajudar a Líbia a resolver os desafios que enfrenta. Manifestaram pleno apoio aos esforços que estão a ser envidados pela Argélia para organizar um diálogo inclusivo inter-Líbia para restaurar a paz e a estabilidade. Os participantes acolheram também com satisfação e apoiaram fortemente os esforços enviados pelo Representante Especial da ONU, bem como os esforços envidados por outras organizações internacionais. Por último, os participantes concordaram em torno do papel central que a ICG-L deve desempenhar na facilitação de uma estreita coordenação e harmonização das iniciativas, e decidiu reunir-se pelo menos uma vez em cada dois meses.

167. O ICG-L convocou a sua segunda reunião a nível ministerial, em Adis Abeba, Etiópia, a 28 de Janeiro de 2015. Nesta ocasião, os participantes analisaram a situação actual na Líbia e os esforços envidados para acabar com a violência no país e relançar o processo político. Reiteraram a sua convicção de que não pode haver uma solução militar para a crise actual na Líbia e que apenas o diálogo vai trazer uma paz duradoura, estabilidade e reconciliação. Saudaram a convocação da segunda ronda de diálogo político, e apelaram a todos os intervenientes a continuar

a demonstrar a vontade política necessária e flexibilidade. Os participantes saudaram as declarações feitas pelo Exército Nacional da Líbia e pela Coligação “Libya Dawn” sobre a observação da cessação das hostilidades, e instou-os a cumprir integralmente os seus compromissos. Os participantes manifestaram o seu apreço aos países da região, à UA, incluindo o seu Enviado Especial, e à UNSMIL, pelo seu envolvimento contínuo, esforço sustentado e compromisso. Reiteraram o seu apoio à resolução 2174 (2014) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 27 de Agosto de 2014, que prevê a imposição de sanções contra todos os envolvidos em graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, bem como contra todos aqueles que minarem o processo político

168. Nessa base, a Conferência pode realçar, novamente, a profunda preocupação por parte da UA a respeito da situação prevalecente na Líbia e as suas consequências profundas para o país, bem como para a paz, a segurança e a estabilidade regional. A Conferência pode condenar veementemente todos os actos de violência na Líbia e reiterar a convicção da UA que não existe uma solução militar à actual crise. A Conferência pode ainda apelar aos intervenientes na Líbia no sentido de colocarem os interesses do seu país acima de meras abordagens partidárias e trabalhar com zelo rumo à pôr fim a violência e iniciar um processo de reconciliação nacional genuíno. A Conferência pode também acolher com satisfação os esforços envidados pela ONU e pelos países vizinhos, e realçar a necessidade do prosseguimento de uma estreita coordenação entre todos os intervenientes internacionais. A esse respeito, a Conferência pode realçar o papel central da ICG-L.

VII. ELEIÇÕES EM ÁFRICA

169. Em 2015 e 2016, o continente africano realizará um número significativo de eleições presidenciais e legislativas. Até à presente data, está prevista a realização de aproximadamente 50 eleições durante o período de 2015-2016 (24 eleições presidenciais e 25 eleições legislativas). Essas eleições representam um marco importante na consolidação da democracia de representação conforme os Estados-membros subscreveram-se através da histórica Declaração de Julho de 1990 relativa às mudanças fundamentais que decorrem a nível mundial e as suas consequências para a África adoptada pela 29ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização de Unidade Africana (OUA). As manifestações populares decorridas no Norte de África em 2011 reflectiram as aspirações contínuas do povo africano no reforço da democracia e da promoção do estado de direito.

170. Prevê-se a realização de eleições presidenciais em 2015 em Burkina Faso, Burundi, República Centro Africana (CAR), Cômoros, Côte d'Ivoire, Guiné, Nigéria, Sudão, Togo e Tanzânia; e, em 2016, em Benim, Cabo Verde, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Níger, São Tomé e Príncipe, Seychelles, e Uganda. Prevê-se também a realização de Eleições Legislativas em 2015 no Benim, Burundi, Chade, Egipto, Etiópia, Gabão (Senado e Assembleia Nacional), Lesoto, Maurícias, Níger, Nigéria, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, e na Zâmbia; e em 2016 em Cabo Verde, República Centro Africana, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Gana, Níger, Ruanda (Senado), Somália, Seychelles, e no Uganda.

171. Certamente, o continente alcançou um elevado grau de consolidação democrática, conforme manifestado pela realização regular de eleições transparentes, livres e justas em conformidade com a Declaração da UA de 2002 sobre os Princípios que Regem a Realização de Eleições Democráticas em África; a transferência pacífica de poderes e o desenvolvimento de uma cultura de democracia e de paz, o aumento do cumprimento com o estado de direito, a garantia dos direitos humanos; bem como casos de alternância política através de eleições. Contudo, ainda existem vários desafios para o alcance cabal dos objectivos protagonizados pelos órgãos de política da UA. Nesse sentido, deve-se fazer menção sobre a ocorrência contínua de mudanças anticonstitucionais de Governo, violência eleitoral e outras dificuldades associada.

172. Desde 2008, o Painel de Sábios monitorizou estreitamente e reflectiu a respeito da violência eleitoral e do conflito no continente. No seu relatório intitulado “Litígios Relacionados com as Eleições e a Violência Política: Reforço do Papel da União Africana na Prevenção, Gestão e na Resolução de Conflitos,” cujas recomendações foram aprovadas pela Conferência da União, em Julho de 2009, em Sirte. O Painel recorda-se que em “democracias de representação, que foram almejadas e alcançadas em níveis diferenciados África, as eleições servem de meios ou mecanismos através dos quais o povo faz a sua escolha sobre quem deve representar e liderá-lo, bem como, expressa a sua preferência a respeito de uma dada política. As eleições são instrumentos de legitimação de um órgão político. As eleições facilitam as mudanças na liderança de um partido para o outro de um modo estruturado, competitivo, transparente, e dentro de um quadro jurídico-legal.” Ao mesmo tempo, o Painel notou também que “nesse processo, a tensão é inevitável e talvez desejável a medida que pode revelar o melhor dos concorrentes ou indivíduos, mas pode também revelar o pior. As eleições podem ostentar a violência em situações onde os concorrentes não cumprem com as regras nem aceitam os seus resultados como a expressão legítima da vontade do povo”. Durante a sua 15ª reunião, realizada a 09 de Janeiro de 2015, o Painel concordou em focalizar os seus futuros esforços na prevenção de violência ou conflito relacionada com as eleições. O Painel identificou vários passos práticos que devem ser tomados, incluindo, o envio de uma missão de constatação, mediação e de missões de observação para países específicos.

173. O PSC está a acompanhar também de forma activa a questão sobre as eleições como parte do seu mandato de prevenção de conflito e de responsabilidade de monitorizar os processos de democratização no continente. Durante a 335ª reunião, realizada a 13 de Fevereiro de 2013, o PSC notou que a conclusão pacífica das eleições constitui uma demonstração clara do empenho dos Estados-membros na promoção dos princípios da UA conforme reflectido na Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governança, adoptado em 2007 e que entrou em vigor em 2012. O PSC notou ainda a natureza contenciosa de algumas dessas eleições e apelou a todos os intervenientes políticos no sentido de recorrerem aos meios jurídico-legais na busca de uma solução em caso de litígios eleitorais, para reduzir os incidentes de violência pós-eleitoral. Durante a sua 358ª reunião, realizada a 19 de Julho de 2013, o PSC notou com satisfação o envio de observadores da UA para as eleições realizadas, e apelou a todos os intervenientes políticos nos países envolvidos para tomarem medidas para a realização de eleições pacíficas, credíveis e atempadas. Por ocasião da sua 480ª reunião, realizada a 14 de Janeiro de 2015, e dedicada ao lema “Prevenção de Conflitos Relacionados com as Eleições em África”, o CPS realçou que a Carta reforça o

engajamento dos Estados-membros da UA de realizar eleições credíveis, transparentes e legítimas que promovam a governação democrática e, por conseguinte, contribuam para a promoção de paz, segurança e estabilidade política, todos esses são pré-requisitos fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico.

174. Especificamente a Carta Africana tem como objectivo: (i) promover a aderência aos valores universais e aos princípios de democracia e o respeito pelos direitos humanos; (ii) promover e reformar a aderência ao princípio de estado de direito; e (iii) promover a realização de eleições regulares, livres e justas para institucionalizar autoridade legítima de governo representativo bem como a mudança democrática de governos. Para esse efeito, a Carta exorta os Estados-membros para: estabelecerem e reforçarem órgãos eleitorais nacionais independentes e imparciais para a gestão de eleições; estabelecer e reforçar mecanismos nacionais que resolvam os litígios relacionados com as eleições de modo atempado, garantir aos partidos e os candidatos concorrentes o acesso justo e equitativo aos órgãos de comunicação social do estado durante as eleições; e assegurar que haja um código de conduta legalmente vinculativo que rege os intervenientes políticos reconhecidos, governo e os demais intervenientes políticos, durante e depois das eleições. O código deve incluir um compromisso por parte dos intervenientes políticos de aceitar os resultados das eleições ou contestá-los através de canais jurídico-legais exclusivos.

175. Nesse sentido, os próximos dois anos proporcionam uma oportunidade para a consolidação e o reforço da democracia a nível dos Estados-membros. O risco de ocorrência de tensão em torno das eleições, incluindo, o debate sobre os limites de mandatos, e a ameaça de regressão democrática devem ser resolvido vigorosamente pelos Estados-membros, as CER relevantes e todas as instituições da UA através de um esforço concertado. Todas as ferramentas da UA preventivas de conflito devem ser aplicadas judicialmente, e os eventos devem ser monitorizados estreitamente, para garantir o sucesso da consolidação democrática nos termos mais abrangentes possíveis. A esse respeito, a cooperação sem reservas com o Painel dos Sábios, o PSC e a Comissão no desempenho das suas funções respectivas responsabilidades é de crucial importância. A promoção da democracia e do estado de direito são pré-condições para a paz sustentável, estabilidade e desenvolvimento socioeconómico.

VIII. LUTA CONTRA O TERRORISMO

176. O terrorismo continua a ser uma das mais graves ameaças para a paz e segurança africana e, de facto, também para a segurança global. A ameaça do terrorismo tornou-se ainda mais complexa com a sua associação com o crime transnacional organizado, como tráfico de drogas e de armas, tráfico de seres humanos, proliferação ilícita de armas, a lavagem de dinheiro e a imigração ilegal que levou a trágicos incidentes no mar Mediterrâneo. O Terrorismo no continente africano exibiu-se em inúmeras maneiras, incluindo; (i) ataques terroristas contra interesses africanos; (ii) os ataques terroristas sobre interesses estrangeiros ou Ocidentais e outros; (iii) o uso dos territórios africanos como refúgios; (iv) a utilização de África como campo de procriação e fonte de recrutamento e financiamento de terroristas; e (v) a África como um ponto de trânsito para terroristas e de angariação de fundos vinculados a outras actividades ilícitas tais como sequestros para resgate. As actividades de terroristas em África tem sido lideradas por organizações como a Al-Qaida no Magrebe Islâmico (AQIM), o

Movimento para Oneness e Jihad na África Ocidental (MOJWA), Ansaru e Boko Haram na Nigéria e camarões, Al-Shabaab na África Oriental, o Exército de Resistência do Senhor (LRA) na África Central, e os grupos de Ansar Al-Sharia no Norte da África.

177. Como uma resposta a estes desafios, a UA, tanto através da Comissão assim como o CPS continuam a incentivar os Estados Membros a assinarem e ratificarem os instrumentos relevantes da UA e internacionais, incluindo o Protocolo à Convenção da OUA para a Prevenção e Combate do Terrorismo que finalmente entrou em vigor em 26 de Fevereiro de 2014. Além disso, e em conformidade com a decisão da Conferência da UA de Julho de 2009, a Comissão tomou uma série de medidas para mobilizar o apoio internacional para a proibição do pagamento de resgate para os grupos terroristas. Outras medidas incluem a elaboração de uma Lei Modelo da UA na Luta Contra o Terrorismo para orientar os esforços dos Estados Membros a ajustar a sua legislação nacional para as obrigações internacionais e continentais, que alguns Estados Membros já estão tirando proveito delas; O apoio à capacitação foi estendido aos Estados Membros, através do Centro Africano para o Estudo e Investigação do Terrorismo (ACSRT); e as reuniões anuais dos Pontos Focais do ACSRT, a mais recente das quais teve lugar em Argel, de 7 a 9 de Dezembro de 2014; A Comissão iniciou, igualmente, com os esforços para a elaboração de um mandado de captura Africano para pessoas acusadas ou condenadas por quaisquer actos terroristas.

178. Por forma a reforçar os seus esforços de luta contra o terrorismo, a Comissão organizou um Simpósio de Vítimas de Actos de Terrorismo, em Argel, de 27 a 28 de Outubro de 2014, para dar um rosto e uma voz às vítimas do terrorismo através da partilha das suas histórias e experiências, bem como proporcionar um fórum para discutir as formas de ajudar as vítimas do terrorismo e promover o seu papel como parceiros activos na edificação da paz e na luta contra o terrorismo e o extremismo violento. O Simpósio fez uma série de recomendações sobre o apoio às vítimas do terrorismo, a resposta da justiça penal ao terrorismo, o papel dos meios de comunicação, o papel das vítimas dos actos terroristas na luta contra o extremismo violento e sobre a criação de uma rede de Associações Africanas das vítimas dos actos terroristas.

179. Importa, igualmente, observar a criação de um subcomité do CPS da Luta Contra o Terrorismo. Os cinco (5) membros do Comité (Argélia como Presidente, Guiné Equatorial, Etiópia, Nigéria e África do Sul) foram nomeados pelo CPS na sua 447ª reunião, realizada a 24 de Julho de 2014. A criação do subcomité irá de certa forma facilitar o desempenho do CPS nas suas responsabilidades no domínio da luta contra o terrorismo.

180. Um número de iniciativas regionais está igualmente em curso para endereçar ameaças específicas de segurança. Estes incluem o Processo de Nouakchott, sobre o reforço da Cooperação em Segurança e a Operacionalização de APSA na Região Subsaariana de Sahelo, o RCI-LRA, os esforços que estão a ser levados a cabo no âmbito da AMISOM para neutralizar o grupo terrorista Al-Shabaab, bem como dos realizados pelos países membros de LCBC e Benim para combater o grupo terrorista Boko Haram.

181. Tendo em conta a gravidade da ameaça imposta pelo terrorismo, a Conferência da União, na sua sessão ordinária de Malabo, em Junho de 2014, solicitou ao CPS para organizar uma reunião, ao nível da Cimeira, para a questão

do terrorismo. A reunião teve lugar em Nairobi, a 2 de Setembro de 2014 e resultou na aprovação de um comunicado abrangente articulando medidas práticas a serem tomadas nos níveis nacionais, regionais e continentais para prevenir e combater o terrorismo. No seguimento do comunicado do CPS, a Comissão está a concluir um plano de implementação para orientar os seus esforços e os dos Estados Membros em cumprimento das disposições pertinentes no comunicado.

182. A Conferência poderá ter o desejo de reiterar a necessidade dos esforços renovados de enfrentar o flagelo do terrorismo e do extremismo violento. A este respeito, a Conferência poderá desejar sublinhar a importância crítica de seguimento e de implementação do comunicado adoptado pela Cimeira do CPS em Nairobi, que descreve as medidas práticas a serem tomadas nos níveis nacionais, regionais e continentais para, efectivamente, prevenir e combater o terrorismo. A Conferência poderá, igualmente, ter o desejo de felicitar a realização do Simpósio de Argel das vítimas dos actos de terrorismo e solicitar a Comissão a implementar integralmente as recomendações feitas na ocasião, tendo em conta o contributo inestimável que as vítimas podem fazer na luta contra o terrorismo e o extremismo violento.

IX. REVISÃO DAS OPERAÇÕES DA ONU

183. Em Novembro de 2014, o Secretário-geral da ONU estabeleceu um Painel Independente de Alto Nível para rever as Operações de Paz da ONU. Esse exercício é de relevância particular para a África: Certamente, o continente continua a acolher o maior número de operações de manutenção de paz, e a natureza do ambiente de segurança em que essas operações são realizadas alterou de modo significativo durante os catorze anos na sequência do relatório do primeiro relatório da ONU sobre manutenção de paz, o “relatório Brahimi” de 2000. Deste modo, essa nova revisão proporciona uma oportunidade única para avaliar as mudanças que ocorreram no mundo e as formas de ajustar as intervenções multilaterais.

184. A 2 de Dezembro de 2014, a Presidente da Comissão enviou uma carta ao Secretário-geral da ONU, na qual, a Presidente manifesta a sua satisfação pelo estabelecimento do Painel e expressa a sua convicção que o Painel prestará uma contribuição inestimável para o reforço da eficácia das operações de paz. A Presidente prometeu o engajamento da UA de trabalhar com o Secretário-geral e com o Painel de modo a assegurar que o relatório resultante da revisão, reflecta de facto a natureza dos desafios de segurança que a UA e a ONU enfrentam no terreno. Sublinhou que, de modo geral, a revisão proporcionara uma oportunidade para promover o objectivo comum de edificar uma parceria inovadora e voltada para o futuro entre a UA e a ONU no contexto do Capítulo 8 da Carta da ONU. Em resposta a essa carta de 24 de Dezembro de 2014, o Secretário-Geral recordou que tinha orientado o Painel para elaborar uma avaliação abrangente em torno da actual situação das operações de paz da ONU e as necessidades emergentes do futuro. A esse respeito, o Secretário-geral afirmou que o Painel estava a ponderar uma série de questões que as operações de paz enfrentam, incluindo, a natureza dinâmica do conflito, os mandatos e o dinamismo das actividades, o planeamento e as parcerias. Tendo notado o forte empenho da UA e dos seus Mecanismos Regionais para livrar o continente da guerra, conforme demonstrado pelo envio proactivo de operações de apoio à paz, o Secretário-geral reiterou o compromisso da ONU de continuar a reforçar as suas parcerias com a UA. Nesse sentido, o Secretário-geral informou a Presidente da Comissão sobre a intenção do Painel de visitar a UA de 9-13 de Fevereiro de 2015 para interagir com todos os intervenientes relevantes.

185. Nessa base, é pertinente que a UA contribua de modo eficaz em prol dessa revisão para assegurar que as preocupações do continente sejam levadas em consideração de modo adequado, incluindo, a necessidade de estabelecer uma parceria inovadora e voltada para o futuro entre a UA e a ONU na promoção de paz, segurança e estabilidade, edificando os pronunciamentos relevantes da UA e da ONU a respeito dessa questão, incluindo, a Declaração Presidencial adoptada pelo Conselho de Segurança a 16 de Dezembro de 2014 sob a liderança da República do Chade. A Comissão e o CPS tomarão as medidas necessárias para facilitar uma interacção bem-sucedida com o Painel da ONU durante a sua visita à Adis Abeba em meados de Fevereiro, bem como desenvolver uma posição comum africana relativamente às questões em análise, a ser adoptada pelo CPS antes do debate que decorrerá a nível dos órgãos deliberativos relevantes da ONU.

X. CONCLUSÃO

186. Apesar do progresso alcançado, África continua a enfrentar desafios graves nas áreas de paz e segurança, que prejudica os esforços de desenvolvimento socioeconómico, causa consequências humanitárias catastróficas e contribui para projectar uma imagem negativa sobre o continente. Esses desafios realçam a necessidade do aumento dos esforços para o alcance dos objectivos de uma África isenta de conflito até 2020, conforme acordado pelos Chefes de Estado e de Governo. Esses esforços servem, não só para a edificação de paz onde tenha sido estabelecida, em particular, tendo em consideração o alto risco do retorno a violência, durante os cinco anos após a resolução de conflitos, mas também para ultrapassar o impasse persistente que caracteriza algumas situações de conflito no continente.

187. Há a necessidade de intensificar as acções tomadas para a prevenção do conflito. Por um lado, serve para assegurar implementação eficaz dos diversos instrumentos da UA sobre a democracia, eleições e direitos humanos, não obstante ser também verdade que as maiorias das crises enfrentadas pelo Continente estão relacionadas com as dificuldades que surgem na área de governação. Por outro lado, é pertinente que os Estados-membros, em conformidade com as suas obrigações ao abrigo do Protocolo relativo ao estabelecimento do CPS, facilitem os esforços da Comissão e do CPS nas áreas de prevenção.

188. Por último, o alcance dos objectivos definidos requer a mobilização de recursos comensuráveis com os desafios a serem assumidos. Enquanto o continente continua a beneficiar do apoio prestado pelos parceiros internacionais, África deve melhorar em termos de assumir a sua responsabilidade concernente a promoção de paz, segurança e de estabilidade a nível do continente. A titularidade apropriada e a liderança dos esforços de paz para qual o continente e o seu povo aspira de forma tão legítima não podem ser satisfeitas desde que o grosso principal dos encargos financeiros seja suportado pelos parceiros internacionais.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2015-01-31

Report of the Peace and Security Council on its Activities and the State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8532>

Downloaded from African Union Common Repository